

Jornal O Dia SP

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. São Paulo, 17 de março de 2025. **A Diretoria.** (16, 19 e 20/03/2025)

LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.

CNPJ/MF: 43.368.422/0001-27 – NIRE 3530057656-0

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2025.

Data, horário e local: 25/02/2025, às 10 horas, na sede social da LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A. ("Companhia"), localizada na Rua João Pedro Blumenthal, nº 300, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, Cidade de Guarulhos, Estado São Paulo, CEP: 07224-150. **Presença:** Totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, conforme assinaturas apostas ao final. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a abertura de filial da Companhia, localizada na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo. **Deliberações:** Os diretores, por unanimidade de votos, aprovam a abertura de filial da Companhia que funcionará na Rodovia Cãnego Domenico Rangoni, S/N, KM 63, Galpão 2, Zona Industrial, Cubatão, São Paulo CEP: 11573-000. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser deliberado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Julio Eduardo Simões, Marina Simões** - JUCESP Nº 92.239/25-0 e JUCESP/NIRE 3530063607-6 em 13/03/2025

Agro-Pecuária Pilon S/A

CNPJ: 44.973.410/0001-94 NIRE: 3.53.0036461.9

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGO e AGE, a se realizar no dia 28.03.2025, às 16:15 horas, em nossa Sede Social, sita na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco, neste município de Cerquillo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2024. **Extraordinária:** a) Alteração de Endereço. **Aviços:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquillo, 17.03.2025. **Nelson Pilon – Diretor Presidente.**

Fazenda Pilon S/A

CNPJ: 57.226.151/0001-80 NIRE: 3.530036405-8

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGO e AGE, a se realizar no dia 28.03.2025, às 15:45 horas, na sede social na Fazenda São José, Bairro São Francisco, em Cerquillo, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2024; b) Destinação do Resultado do Exercício. **Extraordinária:** a) Alteração de Endereço. **Aviços:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquillo, 17/03/2025. **José Pilon - Diretor Presidente.**

Fazendas Reunidas Pilon S/A.

CNPJ: 52.310.885/0001-29 - NIRE: 3.53.0036406-6

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGO e AGE, a se realizarem no dia 28.03.2025, às 15:30 horas, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco, em Cerquillo - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; b) Destinação do Resultado do Exercício. **Extraordinária:** a) Fixação da remuneração dos administradores; b) Abertura e Encerramento de Filiais; c) Outros assuntos do interesse social. **Aviços:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Cerquillo, 17.03.2025. **José Pilon – Diretor Presidente.**

J. Pilon S.A Açúcar e Alcool

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 28/03/2025, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquillo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: I) **Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração, Balanço Geral, Dem. De Resultados ref. ao exercício encerrado em 31/12/2024; b) Destinação do resultado do exercício. II) **Extraordinária:** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2025 a abril/2026; b) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição dos acionistas os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024. Cerquillo, 17/03/2025. **José Pilon - Presidente do Conselho de Administração.**

Jupira Mineração e Agro-Pecuária S/A.

CNPJ: 48.697.973/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em AGO e AGE, a se realizarem no dia 28.03.2025, às 16:00 horas, na sede Social situada na Fazenda Jupira – Estrada Municipal de Porto Feliz/Boitua - Bairro Jupira, em Porto Feliz - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31.12.2024; b) Destinação do Resultado do Exercício. **Extraordinária:** a) Fixação da remuneração dos administradores; b) Outros assuntos do interesse social. **Aviços:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social passado. Porto Feliz, 17.03.2025. **Mário Nirceu Pilon – Diretor Presidente.**

LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A.

CNPJ/MF: 43.368.422/0001-27 – NIRE 3530057656-0

Ata de Reunião da Diretoria Realizada em 14 de Fevereiro de 2025.

Data, horário e local: 14/02/2025, às 09 horas, na sede social da LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S.A. ("Companhia"), localizada na Rua João Pedro Blumenthal, nº 300, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, Cidade de Guarulhos/SP, CEP: 07224-150. **Presença:** Totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, conforme assinaturas apostas ao final. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a alteração do objeto social da filial da Companhia, localizada na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Geraes. **Deliberações:** Os diretores, por unanimidade de votos, aprovam a alteração do objeto social da filial da Companhia, registrada na JUCESP sob a NIRE nº 3192008490-2 e inscrita no CNPJ/MF 43.368.422/0039-08 localizada na Rua Iguazú Favato, nº 304, Industrial, Uberlândia/MG, CEP 38402-340, que passará a ser: a) prestação dos serviços aqui descritos, nos âmbitos nacional e internacional, a saber: (i) transportes rodoviários de cargas individuais e super pesadas; (ii) transportes rodoviários de grandes líquidos, gases liquefeitos, produtos químicos e petroquímicos; (iii) transportes coletivos de passageiros nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional; (iv) escolha rodoviária para veículos próprios e de terceiros nos âmbitos municipal, estadual, federal e internacional; (v) remoção industrial, montagem industrial e içamento; (vi) armazenagem em geral; (vii) terceirização de mão-de-obra para operação de equipamentos diversos; (viii) operação de transporte multimodal; (ix) operações portuárias e aeroportuárias; (x) navegação de apoio portuário e marítimo; (xi) navegação de cabotagem; (xii) fornecimento de apoio logístico, incluindo disponibilização de infraestrutura de apoio temporária de áreas de armazenagem e berços de atracação e movimentação de cargas; (xiii) hospedagem; (xiv) manutenção de equipamentos de terceiros; (xv) reparação de embarcações de todos os tipos, incluindo navios, diques flutuantes, balsas e plataformas para exploração e produção de petróleo; (xvi) metalurgia em geral, incluindo a fabricação e recuperação de máquinas, equipamentos, estruturas em aço, peças, partes e componentes, inclusive de USF naval; (xvii) engenharias, projetos e montagens industriais; b) a locação, nos âmbitos nacional e internacional de máquinas, equipamentos e veículos de transporte de passageiros e cargas, incluindo, exemplificativamente, guindastes, andaimos, balancins, plataformas, escoramento, passarela, formas, paços, arquibancadas, suas peças de reposição e outros equipamentos em geral; c) comércio, importação e exportação de máquinas, equipamentos, veículos e demais materiais, bem como de suas partes e peças, que poderão ser destinados à venda a terceiros ou à reposição de máquinas, equipamentos e veículos próprios; d) a fabricação de embarcações de todos os tipos, incluindo navios, diques flutuantes, balsas e plataformas para exploração e produção de petróleo; e f) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. **Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a ser deliberado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Guarulhos, 14/02/2025. **Julio Eduardo Simões, Marina Simões.** JUCESP Nº 89.107/25-1 em 07/03/2025.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº. 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº. 35300352858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 17 de fevereiro de 2025, às 08h00, na sede social da Companhia, localizada na Rua Pais Leme, 524, 4º andar, sala 1, bairro Pinheiros, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Os Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Waldo Edwin Pérez Leskovar. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **5. ORDEM DO DIA:** (i) Tomar conhecimento da renúncia de membro da Diretoria; e (ii) Deliberar sobre a eleição de seu respectivo substituto. **6. DELIBERAÇÕES:** Os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: (i) A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; (ii) Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **FÁBIO RUSSO CORRÊA**, ao cargo de **Diretor** da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia em 17 de fevereiro de 2025, agradecendo ao mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceu referida função; (iii) A eleição do seguinte membro da Diretoria: **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.803.997-93, com endereço profissional na Rua Pais Leme, 524, 4º andar, sala 1, bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.424-904, para o cargo de Diretor, com mandato de até assembleia geral ordinária de 2026, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto; O Diretor ora eleito aceita sua nomeação, declarando neste ato ter conhecimento do artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e alterações postas e conseqüentemente, não estar incurso em quaisquer dos casos previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento arquivado na sede da Companhia; Com as liberações acima, a Diretoria, a partir da presente data, passa a ser composta pelos seguintes membros: (i) **Roberto Penna Chaves Neto**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 59.478.664-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 070.803.997-93, diretor, eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em nesta data; e (ii) **Waldo Edwin Pérez Leskovar**, norte-americano, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade RG n.º 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 170.070.048-8, diretor presidente, eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 08/04/2024, com mandato até assembleia geral ordinária de 2026, devendo os mesmos permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 17 de fevereiro de 2025. **Assinaturas:** Waldo Edwin Pérez Leskovar, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. Acionistas: (i) **CCR S.A.**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar, Presidente e (ii) **SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, por Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. **Waldo Edwin Pérez Leskovar - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.** JUCESP nº 92.047/25-7 em 13.03.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

RUMO MALHA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF sob nº 02.502.844/0001-66 - NIRE nº 35.300.155.181 - Companhia Aberta Categoria "B"

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 06 de Novembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 06 dias do mês de novembro de 2024, às 18h00min, realizada por meio de conferência telefônica, nos termos do Artigo 21, §1º do Estatuto Social da Rumo Malha Paulista S.A. ("Companhia"). **2. Mesa:** Sr. Daniel Rockenbach, como Presidente; Sra. Fátyma Blum Gonçalves, como Secretária. **3. Presença:** A totalidade dos conselheiros da Companhia, indicados no Item 6 da presente ata. **4. Concessões:** Dispensada em razão da presença da totalidade dos conselheiros da Companhia. **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes:** **5.1.** Consignar, nesta data, a renúncia do Sr. **Daniel Rockenbach**, brasileiro, casado, em regime de comunhão parcial de bens, Administrador de Empresas, portador da Cédula de Identidade sob o nº 15.421.098-9 expedido pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 465.817.230-53, residente e domiciliado profissionalmente na Rua Emílio Bertolini, 100, Cajuru, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, aos cargos de **Presidente do Conselho de Administração** e **Diretor de Operações**, a quem a Companhia agradece a dedicação despendida e os valiosos serviços prestados ao longo de seus mandatos. **5.2.** Ainda, em decorrência da vacância mencionada acima e em observância ao disposto no Artigo 23, do Estatuto Social da Companhia, eleger o Sr. **Cristiano Carvalho Brasil**, brasileiro, casado, Engenheiro da Computação, portador do RG 27.364.644-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 218.711.228-48, residente e domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para o cargo de **Diretor de Operações**. **5.2.1.** A Companhia informa que o Diretor ora eleito (i) é domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-132; (ii) exercerá o mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, conforme previsão do artigo 16, §2º do Estatuto Social; e (iii) toma posse em seu cargo nesta data, mediante termo lavrado no livro próprio e arquivado na sede da Companhia, após declaração de que não é impedido por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, em observância às disposições do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. **5.3.** Em observância às deliberações acima, consignar que a Diretoria da Companhia, com mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2026, será composta pelos Srs. **Pedro Marcus Lira Palma**, como **Diretor Presidente**, **Guilherme Letis Bernardo Machado** como **Diretor Financeiro** e de **Relações com Investidores**, **Guilherme Penin Santos de Lima**, como **Diretor de Regulação e Sustentabilidade** e **Cristiano Carvalho Brasil**, como **Diretor de Operações**. **5.4.** Ainda, em decorrência da vacância indicada no item 5.1, acima e nos termos do artigo 150 da Lei nº 6.404/1976, aprovar a eleição do Sr. **Guilherme Letis Bernardo Machado**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade sob o nº 10.151.234-1 IPR/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 053.076.107-69, residente e domiciliado profissionalmente na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 3º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04.538-132 para as funções de **Presidente do Conselho de Administração**. **5.4.1.** O Conselheiro eleito (i) toma posse nesta data e exercerá o mandato unificado com os demais Conselheiros da Companhia, até a Assembleia Geral Ordinária de 2027, conforme previsão do artigo 15, §2º, do Estatuto Social; e (ii) toma posse nesta data, mediante termo lavrado no livro próprio, arquivado na sede da Companhia, após declaração de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não ocupar cargo em sociedades que possam ser consideradas concorrentes e não possui interesse conflitante com a Companhia, em observância às disposições do artigo 147 da Lei n.º 6.404/1976. **5.5.** Consignar que, em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a expirar na Assembleia Geral Ordinária de 2027, será composta pelos Srs. **Guilherme Letis Bernardo Machado**, como **Membro Titular** do Conselho de Administração, **Cristiano Carvalho Brasil**, como **Membro Titular do Conselho de Administração** e **Julio Cesar da Silva Julio**, como **Membro Titular do Conselho de Administração**. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, achada conforme, e assinada por todos os presentes. (Ass.) **Daniel Rockenbach**, como **Presidente**; **Cristiano Carvalho Brasil** e **Julio Cesar da Silva Julio**. Certifico que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 06 de novembro de 2024. Fátyma Blum Gonçalves - OAB/PR 73.891 - Secretária e Advogada. **JUCESP:** Certifico o registro em 26.11.24 sob nº 428.711/24-8. Protocolo 2.746.761/24-5 de 26.11.24. Marina Centurion Dardani, Secretária-Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026148-33.2020.8.26.0001 O(a) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fabiana Tsuchiya, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GENTIL FERREIRA, Brasileiro, Viúvo, Aposentado, CPF 005.175.428-20, RG 1.374.430 que lhe foi proposta uma **ação de Renovatória de Locação por parte de Via Varejo S/A**, com o objetivo de renovar o contrato de locação pelo período de 60(sessenta) meses, com início em 01 de maio de 2021 e término previsto para 30 de abril de 2026. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO, por EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15(quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de fevereiro de 2025

SEQUIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME Nº 01.599.101/0001-93 / NIRE 35.3.0050149-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Informamos os senhores acionistas da Sequoia Logística e Transportes S.A. ("Companhia") sobre a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 04 de abril de 2025, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital") para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Assembleia**"): 1. Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição particular, no valor de, no mínimo, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e, no máximo, R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), com a emissão de, no mínimo, 6.250.000 (seis milhões, duzentas e cinquenta mil) ações e, no máximo, 16.250.000 (dezesesseis milhões duzentas e cinquenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 8,00 (oito reais) por ação, em observância ao Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de outubro de 2024 e ratificado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 04 de novembro de 2024 ("**Aumento de Capital**"). 2. Autorização para a administração da Companhia tomar as providências e praticar os atos necessários com relação à implementação das deliberações tomadas em Assembleia, bem como ratificar todos os atos tomados até esta data em relação ao Aumento de Capital, caso aprovado. **Procedimentos para participação:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Assembleia divulgada pela Companhia ("**Proposta da Administração**"). Dessa forma, a participação do acionista somente poderá se dar via **Plataforma Digital** ou através do envio de **Boletim de Voto a Distância**. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), o acionista pode participar ou ser representado na Assembleia: (i) **se pessoa natural**, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira), (ii) **se pessoa jurídica**, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos, (iii) **se fundo de investimento**, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e, em qualquer caso, de acordo com as regras da legislação aplicável. O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na Assembleia, deverá acessar o site da Companhia, no seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/142699624>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia descritas na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 02 de abril de 2025. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. O Conselho Fiscal poderá ser instalado na Assembleia a pedido de acionistas que representem, em conjunto ou isoladamente, pelo menos 2% (dois por cento) do capital social votante da Companhia, nos termos do artigo 161, § 2º, da Lei das S.A., e do artigo 4º, da Resolução CVM nº 70/22. Encontram-se à disposição dos acionistas no Departamento de Relações com Investidores da Companhia, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Rio Negro, nº 500, 6º Andar, Sala 601, Alphaville, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06454-000, e nos websites da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia, nos termos da Lei das S.A. e da RCVM 81/22.

Barueri/SP, 14 de março de 2025.

Sequoia Logística e Transportes S.A.





Demonstrações Financeiras 2024

Juntos Somos Mais Fidelização S.A. - CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2024, 31/12/2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.552	23.087	26.124	25.729	Forneceadores		9.407	10.430	9.451	10.442
Aplicações financeiras	8	14.577	4.115	14.585	4.121	Tributos a recolher		1.699	1.890	1.840	2.085
Contas a receber de clientes	9	8.753	18.431	8.753	18.431	Salários e encargos sociais		17.927	17.095	17.927	17.095
Outros ativos		5.134	4.149	5.175	4.246	Partes relacionadas	10(b)	213	190	213	190
		52.016	49.782	54.637	52.527	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	10(b)		13.200		13.200
						Receita diferida	15	32.352	39.081	32.352	39.081
						Outros passivos		1.201	1.505	1.212	2.099
								62.799	83.391	62.995	84.192
Investimento	11	2.442	1.991			Não circulante					
Imobilizado	12	1.284	1.187	1.301	1.234	Partes relacionadas	10(b)	271		271	
Intangível	13	364	18.754	364	18.754	Provisões		57		57	
Total do ativo não circulante		4.090	21.932	1.665	19.988	Total do passivo não circulante		328		328	
Total do ativo		56.106	71.714	56.302	72.515	Patrimônio líquido	17				
						Capital social		209.415	166.047	209.415	166.047
						Reserva de capital		2.015	1.750	2.015	1.750
						Prejuízos acumulados		(218.525)	(179.474)	(218.525)	(179.474)
						Prejuízo do exercício		74	74	74	74
						Total do patrimônio líquido		(7.021)	(11.677)	(7.021)	(11.677)
						Total do passivo e patrimônio líquido		56.106	71.714	56.302	72.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	18	124.540	124.406	124.540
Custos com direitos de resgates e fretes	19	(30.335)	(31.595)	(30.335)
Lucro bruto		94.205	92.811	94.205
Recargas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	19	(61.160)	(65.556)	(66.160)
Tecnologia e desenvolvimento	19	(49.578)	(61.742)	(49.578)
Com vendas	19	(12.357)	(10.111)	(12.357)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	20	(9.079)	6.175	(9.228)
		(132.174)	(131.234)	(137.323)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e resultado financeiro		(37.969)	(38.423)	(43.118)
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	11	(5.149)	(5.278)	
Resultado financeiro líquido	21			
Receitas financeiras		4.213	5.396	4.213
Despesas financeiras		(318)	(675)	(318)
Variações cambiais		4.067	4.721	4.067
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(39.051)	(38.980)	(39.051)
Imposto de renda e contribuição social	14			
Prejuízo do exercício		(39.051)	(38.980)	(39.051)
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		61.135	46.411	61.135
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais		(0,64)	(0,84)	(0,64)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo do exercício		(39.051)	(38.980)	(39.051)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Variações cambiais de operações localizadas no exterior (Nota 11 (b))		74	74	74
Total do resultado abrangente do exercício		(38.977)	(38.980)	(38.977)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023	136.006	1.427	(140.494)	(3.061)	(8.122)
Prejuízo do exercício				(38.980)	(38.980)
Contribuições dos acionistas					
Pagamento baseado em ações		323			323
Aumento de capital	30.041				30.041
Em 31 de dezembro de 2023	166.047	1.750	(179.474)	(11.677)	(11.677)
Em 1º de janeiro de 2024	166.047	1.750	(179.474)	(11.677)	(11,677)
Prejuízo do exercício				(39.051)	(39,051)
Outros componentes do resultado abrangente			74		74
Contribuições dos acionistas					
Pagamento baseado em ações		265			265
Aumento de capital	3.1	43.368			43.368
Em 31 de dezembro de 2024	209.415	2.015	(218.525)	(7.021)	(7,021)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(39.051)	(38.980)	(39.051)	(38.980)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Perda na venda de imobilizado e intangível, líquido	20	14.013		14.013
Equivalência patrimonial	11(b)	5.149	5.278	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21(b)	(4.093)	(4.811)	(4.093)
Depreciação e amortização	19	3.720	3.646	3.742
Pagamento baseado em ações		265	323	265
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	9(b)	119	(824)	119
Constituição de provisões de processos civis		57	2	57
Outros componentes do resultado financeiro	(17)	(41)	(17)	(41)
Demais itens que não afetam caixa		(134)		(134)
		(19.838)	(35.541)	(24.965)
(Acréscimo) decréscimo em ativos		2.816	(31.077)	2.816
Contas a receber de clientes		516	1.864	580
Outros ativos				
Acréscimo (decréscimo) em passivos		(1.023)	3.402	(991)
Forneceadores		(191)	287	(245)
Tributos a recolher		832	1.360	832
Salários e encargos sociais		(10)	105	(593)
Outros passivos		(16.898)	(59.600)	(22.566)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(16.884)	(59,435)	(22,552)
Juros recebidos		14	165	14
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(16,884)	(59,435)	(22,552)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
(Aplicações) resgates de aplicações financeiras		(6.369)	26.648	(6.371)
Aumento de capital em investida	11(b)	(5.526)	(5,274)	
Aquisição de imobilizado	12(b)	(577)		(577)
Aquisição de intangível	13(b)	(347)		(347)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		(12,819)	21,374	(7,295)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	3.1	30.086		30.086
Aumento de participação de acionistas não controladores	3.1	82	41	82
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		30.168	21.491	30.168
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		30,168	21,491	30,168
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		465	(16,570)	321
Efeito de oscilações nas taxas cambiais			74	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.087	39.657	25.729
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		23.552	23.087	26.124
(i) Os saldos de "Aplicações financeiras" foram reclassificados das atividades operacionais para investimentos, para refletir mais apropriadamente a natureza desses fluxos de caixa. Adicionalmente, a Companhia detalhou os fluxos de caixa dos "Rendimentos de aplicações financeiras" e "Juros recebidos". Consequentemente, os saldos comparativos também foram reclassificados.				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1 Informações gerais

A Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia" ou "Juntos Somos +") é uma joint venture constituída pela Votaramin Cimentos S.A. ("VCSA"), Tigre S.A. Participações ("Tigre") e Gerdaux Açores Longos S.A. ("Gerdaux") e tem como objeto social: (i) o desenvolvimento e o gerenciamento de programa de fidelização de clientes em razão do consumo de bens e serviços oferecidos por indústrias da construção civil; (ii) a cessão e comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes por meio da emissão de pontos; (iii) a operacionalização de programa de fidelização, incluindo, mas não se limitando, a gestão de domínios, a criação e desenvolvimento de programas de computador e tecnologias correlatas; (iv) a criação e administração de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (v) a representação de outras sociedades; (vi) a geração de relatórios consolidados e agregados de dados de mercado; (vii) a definição e execução de ações de marketing; e (viii) a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, mas não se limitando, à aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, a consecução das atividades acima descritas, entre outros.

Em 2024, a Companhia manteve seu compromisso de reverter o prejuízo operacional e adotou ao longo do período medidas adicionais para concentrar suas atividades em segmentos de maior rentabilidade e potencial de crescimento. O ciclo de reestruturação iniciado em 2022 com os desligamentos de iniciativas voltadas para o público amplo, se encerrou em 2024 com o desligamento em definitivo da unidade de negócio Habitissimo e a venda dos ativos da unidade de negócio Trider. O desinvestimento realizado ao longo dos últimos três anos permitiu a Companhia centralizar os esforços de desenvolvimento de novos produtos, capturando sinergias e reduzindo seus gastos com marketing, tecnologia e áreas administrativas.

A Companhia busca alcançar a sustentabilidade operacional através da renovação do programa de Loyalty com campanhas e ações que buscam o engajamento direto no ponto de venda, o crescimento de seu marketing digital e a expansão de suas operações em novos mercados e o desenvolvimento da frente de inteligência de mercado. A Administração, adicionalmente a revisão estratégica de produtos e serviços ofertados ao mercado, se compromete a manter uma gestão assertiva de custos, dimensionando adequadamente os esforços aplicados em cada solução. Nesse contexto da Companhia, com redução do prejuízo operacional e necessidade de capital de giro, seus acionistas (VCSA, Tigre e Gerdaux) reafirmaram o comprometimento com a continuidade operacional através de aumento de capital no exercício de 2024.

A Administração, em conjunto com os acionistas, aprovou o planejamento estratégico com objetivo de atingir o resultado operacional positivo ao longo dos próximos anos. O crescimento de receitas está atrelado à utilização da loja virtual por mais indústrias e ao crescimento no número de compradores, bem como a maior rentabilidade da plataforma através de novos serviços financeiros e iniciativas voltadas para inteligência operacional e comercial.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação em 17 de março de 2025 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com as leis estatutárias.

3 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

3.1 Aumento de capital

Em abril de 2024, a Companhia integralizou o montante de R\$ 13.200, previamente reconhecido como AFAC, pelos seus acionistas majoritários. Mediante emissão de 4.968.586 ações ordinárias, o capital social passou a ser R\$ 179.247.

Em agosto de 2024, a Companhia recebeu o aumento de capital no montante de R\$ 30.086 dos seus acionistas majoritários e R\$ 82 dos seus acionistas minoritários, mediante emissão de 11.310.451 ações ordinárias e 58.064 ações preferenciais respectivamente. O capital social passou a ser R\$ 209.415.

3.2 Aumento de capital da controlada JSM Fidelização (Portugal)

Em março de 2024, a Companhia efetuou aumento de capital na controlada Juntos Somos Mais Fidelização (Portugal) no montante de EUR 261 mil (R\$ 1.407).

Em julho de 2024, a Companhia efetuou um mútuo com a sua controlada Juntos Somos Mais Fidelização (Portugal) no montante de EUR 650 mil (R\$ 4.119). Em dezembro de 2024, esse mútuo foi convertido em aumento de capital na controlada. O capital social da controlada passou a ser EUR 2.310 (R\$ 14.868).

3.3 Encerramento do Habitissimo e venda das operações da Trider: Em outubro de 2024, a Companhia encerrou as operações relacionadas ao produto Habitissimo, reconhecendo uma perda de R\$ 4.824 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 20). Em dezembro de 2024, a Companhia firmou contrato de venda com a Iguanafix (MadeiraMadeira) e alienou os ativos das operações da Trider, reconhecendo uma perda no montante de R\$ 9.216 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 20).

4 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

4.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" ("IFRS" Accounting Standards).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As IFRS compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS Interpretations Committee" - "FRIC Interpretations") e do Comitê Permanente de Interpretações ("Standing Interpretations Committee" - "SIC" Interpretations). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas pela gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com as práticas contábeis definidas, incluindo o lucro operacional; • Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Administração; e • Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

(b) Reforma tributária no Brasil

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos, portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

(c) Outras alterações
Interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção das normas, interpretações e alterações listadas abaixo não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros:

• Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

4.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Juntos Somos + é o Real ("R\$" ou "Reals").

4.4 Demonstração do fluxo de caixa

Os fluxos de caixa apresentam as mudanças de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos financeiros altamente líquidos, ou seja, investimentos cujos vencimentos são de curto prazo a contar da data de aquisição.

O fluxo de caixa das atividades operacionais é apresentado pelo método indireto. O lucro ou prejuízo antes dos impostos é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou pelas apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com os fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Todas as receitas e despesas decorrentes de operações não monetárias, atribuídas ao investimento e de financiamento, são eliminadas.

4.5 Impairment ágio e ativos não circulantes

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável ("impairment") é realizado, pelo menos

JUNTOS SOMOS MAIS FIDELIZAÇÃO S.A.

9 Contas a receber de clientes

(a) Práticas contábeis

As contas a receber de clientes correspondem aos direitos decorrentes às operações de venda de pontos, serviços de utilização de *softwares* loja virtual, adesão de novos clientes ao programa de fidelidade e comissionamento sobre a venda de mercadorias em *marketplaces* próprios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Partes relacionadas (Nota 10 (b))		5.103	10.300
Clientes nacionais		3.785	8.147
		8.888	18.447

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	(135)	(16)
	8.753	18.431

(c) Vencimento

	Controladora e Consolidado	2024	2023
A vencer		8.820	14.214
Vencidos até 90 dias		66	130
Vencidos entre 90 e 180 dias		2	73
Vencidos há mais de 180 dias		8.888	18.447
Perda de crédito esperada		(135)	(16)
	8.753	18.431	

10 Partes relacionadas

(a) Práticas contábeis

Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e suas acionistas, referente a cessão de direito de resgates, medidos em pontos. Os preços dos pontos emitidos para as partes relacionadas são os mesmos praticados com as demais empresas que realizaram a adesão ao programa de fidelização, e variam de acordo com o volume de pontos creditados aos lojistas.

(b) Saldos patrimoniais

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Clientes (Nota 9 (b))			
Votorantim Cimentos S.A.		3.568	3.621
Gerdau Aços Longos S.A.		1.031	3.923
Tigre S.A. Participações		504	2.756
		5.103	10.300

Fornecedores

Votorantim S.A.	484	190
-----------------	-----	-----

Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 3.1)

Votorantim Cimentos S.A.	5.940	
Gerdau Aços Longos S.A.	3.630	
Tigre S.A. Participações	3.630	
	13.200	

(c) Resultado

	Controladora e Consolidado	2024	2023

Sociedades controladoras e coligadas

Votorantim Cimentos S.A.	58.483	41.313
Gerdau Aços Longos S.A.	31.488	31.851
Tigre S.A. Participações	35.323	20.679
	125.294	93.843

As transações com partes relacionadas referem-se à utilização de *software* e aquisições de direitos de resgate realizadas através de pontos emitidos pela utilização do programa Juntos Somos +, os quais são reconhecidos no contas a receber e possuem contrapartida na receita diferida (Nota 15).

(d) Contratos operacionais

A Companhia possui contratos com partes relacionadas referentes a aquisições de direitos de resgate realizadas através de pontos emitidos pela utilização do programa Juntos Somos +, os quais são reconhecidos no contas a receber e possuem contrapartida na receita diferida. Os contratos firmados com Votorantim Cimentos S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Tigre S.A. Participações possuem vencimento em 31 de dezembro de 2025. Tais transações são compostas por:

a) Venda de pontos

b) Comissionamento por intermediação

c) Serviços compartilhados

11 Investimentos

(a) Práticas contábeis

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre empresas investidas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas investidas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado.

(b) Composição e movimentação

	Controladora	2024	2023
Percentual de participação (%)		100%	100%
Saldo no início do exercício		1.991	1.995
Resultado de equivalência patrimonial		(5.149)	(5.278)
Aumento de capital		5.526	5.274
Variações cambiais de operações localizadas no exterior		74	
Saldo no final do exercício		2.442	1.991

(c) Informações sobre a empresa investida

	Controladora	2024	2023
Investimento avaliado por equivalência patrimonial			
Controlada			
JSM Fidelização (Portugal) Unipessoal Ltda.			

Contas patrimoniais

	Controladora	2024	2023
Percentual de participação votante e total		100,00	100,00
Ativo circulante		2.613	2.739
Ativo não circulante		25	53
Passivo circulante		196	801
Patrimônio líquido		2.442	1.991
Resultado			
Despesas operacionais		(5.149)	(5.278)
Prejuízo do exercício		(5.149)	(5.278)

12 Imobilizado

(a) Práticas contábeis

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros.

(b) Composição e movimentação

	Controladora	2024	2023
Móveis e Equipamentos utensílios de informática			
Imobilizado em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		1	1.187
Adição		1.186	577
Baixa (I)	(1)	(216)	(217)
Depreciação		(263)	(263)
Transferência		577	(577)
Saldo no final do exercício		1.284	1.284
Custo		2.245	2.245
Depreciação acumulada		(961)	(961)
Saldo líquido no final do exercício		1.284	1.284
Taxas médias anuais de amortização - %		10	20

(I) Reconhecimento do encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

	Controladora	2023	2024
Móveis e utensílios			
Equipamentos de informática			
Total			
Saldo no início do exercício		1	1.558
Depreciação		(372)	(372)
Saldo no final do exercício		1	1.186
Custo		2	1.885
Depreciação acumulada	(1)	(699)	(700)
Saldo líquido no final do exercício		1	1.186
Taxas médias anuais de amortização - %		10	20

(I) Reconhecimento do encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

13 Intangível

(a) Práticas contábeis

O ativo por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de aquisições de controladas, é reconhecido na data de aquisição e mensurado pelo montante que exceder a soma (I) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data de aquisição; (II) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (III) no caso de combinação de negócios realizada em estágio, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (IV) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Direitos sobre marcas e patentes			
Ágio			
Softwares			
Intangível em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		225	10.518
Adição		(172)	(10.518)
Baixa (I)		(53)	(3.404)
Amortização		4.322	364
Saldo no final do exercício		279	10.518
Custo		(54)	(8.223)
Amortização acumulada		225	10.518
Saldo líquido no final do exercício		225	10.518
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	20

(I) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

(II) Softwares

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Direitos sobre marcas e patentes			
Ágio			
Softwares			
Intangível em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		225	10.518
Adição		(172)	(10.518)
Baixa (I)		(53)	(3.404)
Amortização		4.322	364
Saldo no final do exercício		279	10.518
Custo		(54)	(8.223)
Amortização acumulada		225	10.518
Saldo líquido no final do exercício		225	10.518
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	20

(I) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

(II) Softwares

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Direitos sobre marcas e patentes			
Ágio			
Softwares			
Intangível em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		225	10.518
Adição		(172)	(10.518)
Baixa (I)		(53)	(3.404)
Amortização		4.322	364
Saldo no final do exercício		279	10.518
Custo		(54)	(8.223)
Amortização acumulada		225	10.518
Saldo líquido no final do exercício		225	10.518
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	20

(I) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

(II) Softwares

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Direitos sobre marcas e patentes			
Ágio			
Softwares			
Intangível em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		225	10.518
Adição		(172)	(10.518)
Baixa (I)		(53)	(3.404)
Amortização		4.322	364
Saldo no final do exercício		279	10.518
Custo		(54)	(8.223)
Amortização acumulada		225	10.518
Saldo líquido no final do exercício		225	10.518
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	20

(I) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

(II) Softwares

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Direitos sobre marcas e patentes			
Ágio			
Softwares			
Intangível em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		225	10.518
Adição		(172)	(10.518)
Baixa (I)		(53)	(3.404)
Amortização		4.322	364
Saldo no final do exercício		279	10.518
Custo		(54)	(8.223)
Amortização acumulada		225	10.518
Saldo líquido no final do exercício		225	10.518
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	20

(I) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

(II) Softwares

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando ele gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança.

Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui *softwares* referentes à Loja Virtual, a ferramentas de ERP e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora e Consolidado	2024	2023
Direitos sobre marcas e patentes			
Ágio			
Softwares			
Intangível em andamento			
Total			
Saldo no início do exercício		225	10.518
Adição		(172)	(10.518)
Baixa (I)		(53)	(3.404)
Amortização		4.322	364
Saldo no final do exercício		279	10.518
Custo		(54)	(8.223)
Amortização acumulada		225	10.518
Saldo líquido no final do exercício		225	10.518
Taxas médias anuais de depreciação - %		10	20

(I) Reconhecimento da perda por *impairment* na venda das operações da Triider e encerramento do Habitissimo, mais detalhes na Nota 3.3.

(II) Softwares

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu - o novo

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

Claro

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras da Telmex do Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Table with columns: Notas, 2024, 2023. Rows include Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)
Table with columns: Capital social, Reserva legal, Reserva de lucros, Dividendo adicional proposto, Lucros (prejuízos) acumulados, Outros resultados abrangentes, Patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Telmex do Brasil S.A. ("TdB" ou "Companhia") tem como atividades a prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, bem como comercialização e locação de bens.

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b) Bases de preparação e apresentação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, também foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS
3.1. Novos pronunciamentos contábeis
Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2024 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Table with columns: Normas e Emendas a Normas, Alterações. Rows include CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras, CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa, CPC 40: Instrumentos Financeiros: Divulgações, CPC 06 (R2): Locações.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC e Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade ("CBPS") tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Table with columns: Normas e Emendas a Normas, Alterações, Vigências. Rows include CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 02 (R2): Eleitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CBPS 01: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, CBPS 02: Divulgações relacionadas ao clima.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2025 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, conforme Notas 4.1 e 4.2.

3.3. Instrumentos financeiros
a) Ativos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio ao qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente
A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado
Esses ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e; (ii) a valor justo por meio de resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado e incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
• Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (ii) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros
A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de classificação de hedge definidos pelo CPC 48. Denotações de derivativos emoldos em outros resultados relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado
Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Contas a receber, líquidas
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, bem como comercialização e locação de bens.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber e o risco de crédito e o risco ambiental e considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira
Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 19.

3.6. Investimentos
Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pela coligada são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas de valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.7. Imobilizado
Ativos imobilizados são apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os custos de reconhecimento forem satisfatórios. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfatórios. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou para geração de benefícios futuros são reconhecidos ao custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 8.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o método de reconhecimento de custos. Quando o custo do bem for reduzido, o custo do bem é reduzido proporcionalmente ao valor recuperável e o custo do bem é reduzido proporcionalmente ao valor recuperável.

3.8. Arrendamentos
A Companhia avalia, na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Companhia como arrendatária
No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento são reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base em pagamentos de arrendamento de curto prazo e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos com despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Ativos de direito de uso
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento
O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento exceder a duração da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos de arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra ou correspondente ativo de direito de uso (depreciação de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção, de compra do ativo subjacente.

Companhia como arrendador
Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao custo do ativo ao longo do prazo do arrendamento e são depreciados com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns: Notas, 2024, 2023. Rows include Receita operacional, Lucro bruto, Despesas comerciais, Despesas gerais e administrativas, Outras receitas operacionais, Resultado de equivalência patrimonial, Lucro antes do resultado financeiro, Despesa de imposto de renda e contribuição social, Receitas financeiras, Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Imposto de renda e contribuição social correntes, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Lucro líquido de exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Lucro líquido de exercício, Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados, Ganho na atualização do plano de benefício, Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho na atualização do plano de benefício, Outros resultados abrangentes, de exercício, líquidos de impostos, Total dos resultados abrangentes do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Table with columns: 2024, 2023. Rows include Lucro antes do imposto de renda e contribuição social, Ajuste para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: Depreciação e amortização, Variação cambial, Provisão para contingências, Provisão para perdas de crédito esperadas, Baixa de imobilizado e intangível, Equivalência patrimonial, Juros provisionados, Atividades operacionais: Contas a receber, Tributos a receber, Partes relacionadas, Depósitos e bloqueios judiciais, Fornecedores, Obrigações fiscais, líquidas, Pagamento de imposto de renda e contribuição social, Provisões, Pagamentos de contingências, Outras, Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, Adições para imobilizado e intangível, Nota comercial concedida, Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos, Atividades de financiamento: Pagamento de arrendamento, Pagamento de arrendamento, Aumento de capital, Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos, (Redução) aumento no caixa e equivalente de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento
A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

3.9. Intangível
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável, e são substancialmente representados pelo direito de uso de software, cuja composição está demonstrada na Nota 9.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida.

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu - o novo

TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

Claro

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

investimentos em coligadas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e prestação de serviços

A Companhia está sujeita, quando aplicável, aos seguintes tributos:

- PIS - Programa de Integração Social;
 - COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
 - ISS - Imposto sobre Serviços;
 - ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços.
- As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.13. Participação de empregados no resultado

A Companhia constitui provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.14. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.15. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia concluiu que não houve ajuste relevante nas demonstrações financeiras nos exercícios apresentados.

3.16. Reconhecimento de receita

A Companhia oferece serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, bem como comercialização e locação de bens. As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês.

3.17. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e finanças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.18. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo, e
 - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia.
- O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso de venda ou para outro participante do mercado que irá usar o ativo em seu maior e melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade cotou na data da mensuração;
 - Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável;
 - Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.
- Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia continua provendo, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo de instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo com contribuição variável é determinado utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Para determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por pagar das Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadorias se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país, conforme Nota 15.

Receitas não faturadas

No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas receitas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se o arrendamento será renovado ou rescindido o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao obter empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos	208	5.725
Equivalentes de caixa	629	2029
	<u>837</u>	<u>5.725</u>

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a aplicações automáticas com débito em conta corrente contratadas junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciadas a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 2,43% a.a.

5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2024	2023
Serviços de telecomunicações	121.184	98.466
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.362)	(8.552)
	<u>113.822</u>	<u>89.914</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	2024	2023
A vencer	106.712	80.421
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	3.380	8.322
De 31 a 60 dias	3.304	2.381
De 61 a 90 dias	1.387	531
Mais de 90 dias	6.401	6.811
	<u>121.184</u>	<u>98.466</u>

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	8.552	6.659
Provisão constituída, líquida	(1.190)	1.893
Saldo final	<u>7.362</u>	<u>8.552</u>

6. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS

6.1. Tributos a recuperar, líquidos

	2024	2023
ICMS	50.074	40.893
Outros	95	3
	<u>50.169</u>	<u>40.896</u>

6.2. Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32. A existência de lucros tributáveis futuros da Companhia está fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, trazidos a valor presente, que indicam a plena realização destes ativos. Tais estudos, aprovados pelo Conselho de Administração da controladora indireta Claro Telecom Participações S.A., correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados desta Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderão gerar diferenças entre os resultados estimados e reais. Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Ativo fiscal	76.189	96.288
Prejuízo fiscal		
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	2.503	2.908
Provisão para contingências	9.579	6.337
Tributos com exigibilidade suspensa	1.128	1.128
Eleitos de CPC 06 (R2)	244	216
Despesas temporariamente indedutíveis	14.309	17.116
	<u>103.952</u>	<u>123.993</u>

Passivo fiscal

	2024	2023
Passivo atuarial	(6)	(6)
	<u>(6)</u>	<u>(6)</u>

Ativo fiscal diferido, líquido

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	82.787	47.565	130.352
Constituição	6.369	2.293	8.662
Realização	(11.049)	(3.979)	(15.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	78.107	45.880	123.987
Constituição	2.404	866	3.270
Realização	(17.140)	(6.171)	(23.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.371	40.575	103.946

a) Movimentação do imobilizado

	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação	Prédios	Terrenos	Ajuste ao valor de realização	Outros ativos imobilizados	em andamento	Total
Custo em 31/12/2022	679.506	334.472	646.271	241.051	104.765	(195.153)	230.162	72.233	2.113.307
Adições	182	18	37	-	-	-	-	96.759	95.996
Baixas	(468)	(21)	-	-	-	-	(8)	(1.853)	(2.347)
Transferências	57.445	3.337	38.389	-	-	-	3.107	(102.272)	95.966
Custo em 31/12/2023	736.668	337.886	684.697	241.051	104.765	(195.153)	233.261	63.876	2.206.956
Adições	-	-	348	-	-	-	-	151.097	151.445
Baixas	(301)	(244)	-	-	-	-	(47)	(1.114)	(1.706)
Transferências	32.740	1.867	101.379	57	-	-	2.366	(138.409)	70.920
Custo em 31/12/2024	769.107	339.429	786.424	241.108	104.765	(195.153)	235.580	75.435	2.356.695
Depreciação em 31/12/2022	(608.818)	(293.633)	(392.160)	(56.883)	-	190.216	(189.178)	-	(1.350.456)
Adições	(15.493)	(7.108)	(29.247)	(10.008)	-	2.111	(15.127)	-	(74.872)
Baixas	5.098	465	-	-	-	-	-	-	476
Transferências	(901)	(305)	760	13	-	-	433	-	-
Depreciação em 31/12/2023	(624.747)	(301.042)	(420.647)	(66.878)	-	192.327	(203.865)	-	(1.424.852)
Adições	(19.428)	(6.469)	(38.645)	(9.995)	-	1.736	(9.819)	-	(82.620)
Baixas	-	58	-	-	-	-	-	-	58
Depreciação em 31/12/2024	(644.175)	(307.453)	(459.292)	(76.873)	-	194.063	(213.684)	-	(1.507.414)
Imobilizado, líquido	124.932	31.976	327.132	164.235	104.765	(1.090)	21.896	75.435	849.281

(*) Equipamentos de informática, móveis e utensílios.

O saldo de imobilizado em andamento é constituído principalmente por custos para construções de rede e/ou outros ativos tangíveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - CPC 06 (R2)

	Terrenos	Prédios	Frota de veículos	Total
Saldo em 31/12/2022	4.083	7.851	208	12.142
Adições, líquidas	3.860	-	-	3.860
Amortização do direito de uso	(1.567)	(2.191)	(70)	(3.828)
Saldo em 31/12/2023	6.376	5.660	138	12.174
Adições, líquidas	155	-	-	155
Amortização do direito de uso	(1.433)	(2.191)	(70)	(3.694)
Saldo em 31/12/2024	5.098	3.469	68	8.635

(*) Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade das ativos tangíveis e intangíveis

Conforme descrito na Nota 3.10, a Companhia efetuou análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

9. INTANGÍVEL

	Vida útil estimada em anos	2024	2023
Direito de uso de software	5 e 10	135.485	158.060
Intangível em andamento		2.295	7.859
Intangível, líquido		<u>137.780</u>	<u>165.919</u>

a) Movimentação do intangível

	Direito de uso de software	Direito de uso de circuitos	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31/12/2022	426.254	11.617	(5.508)	15.613	447.976
Adições	465	-	-	64.235	64.700
Transferências	17.989	-	-	(71.989)	-
Custo em 31/12/2023	498.708	11.617	(5.508)	7.859	512.676
Adições	-	-	-	20.810	20.810
Transferências	26.374	-	-	(26.374)	-
Custo em 31/12/2024	525.082	11.617	(5.508)	2.295	533.486
Amortização em 31/12/2022	(295.207)	(

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

Eu o novo



TELMEX DO BRASIL S.A.

CNPJ: 02.667.694/0001-40

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

15. PASSIVO ATUARIAL
A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, denominado Plano de Contribuição Definida ("PCD"), desde janeiro de 1999.
Os planos requerem que contribuições sejam realizadas à Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social ("Telos"). A Telos, entidade fechada de previdência privada, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Capital social
Em 14 de junho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$2.207.845 com a emissão de 433.920.963, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, inscritas pela controladora Claro NXT e integralizadas em moeda corrente nacional.
Em 30 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$718.203, mediante capitalização de Reserva de Lucros da Companhia, sem emissão de novas ações. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$4.596.756 (R\$1.670.708 em 31 de dezembro de 2023), divididos em 917.152.225 ações, sendo 638.086.440 ações ordinárias e 79.065.785 ações preferenciais (404.165.477 ações ordinárias e 79.065.785 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2023) todas nominativas e sem valor nominal.

Reservas de lucros
a) **Reserva legal**
A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.
A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Resultados
a) **Dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto**
O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$2.209 (R\$1.173 em 31 de dezembro de 2023). Os dividendos adicionais propostos que ainda não foram aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados no patrimônio líquido no montante de R\$218.669. Após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária serão transferidos para o passivo circulante.
b) **Dividendos intercalares**
Em 30 de dezembro de 2023, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares da Companhia, no montante de R\$34.503 com pagamento efetivo em 23 de fevereiro de 2024, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial levantado especificamente para tal finalidade com data de 30 de novembro de 2023.

c) **Destinação do lucro líquido**
Lucro líquido do exercício **232.503** (123.504)
Constituição de reserva legal **(11.625)** (6.175)
Lucro ajustado **220.878** (117.329)
Dividendos mínimos obrigatórios **(2.209)** (1.173)
Dividendos propostos **(218.669)** (34.503)
Constituição de reserva de lucros **—** (81.653)

17. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA

	2024	2023
Receita bruta de serviços	1.221.662	998.594
Deduções de vendas:		
• Tributos	(166.574)	(152.228)
• Descontos	(18.391)	(31.827)
Receita operacional, líquida	1.036.697	814.539

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2024	2023
Custos dos serviços prestados	(988.552)	(713.657)
Despesas comerciais	(19.930)	(22.645)
Despesas gerais e administrativas	(21.357)	(24.626)
Outras receitas operacionais, líquidas	48.281	30.849
Remuneração pelo uso de redes/facilidades ⁽¹⁾	(981.558)	(730.079)
Serviços de terceiros	(612.347)	(317.555)
Depreciação e amortização	(135.263)	(123.674)
Mão de obra própria	(59.043)	(57.600)
Locações e aluguéis ⁽²⁾	(4.996)	(4.138)
Outros	25.913	23.758
	(981.558)	(730.079)

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a custo de fibras apagadas da Companhia com a Claro.
⁽²⁾ Inclui remuneração pelo uso da rede dos serviços de valor adicionado para a Claro.

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2024	2023
Receitas financeiras	—	—
Receitas com operações financeiras	150.731	13.408
Variações cambiais, líquidas	—	757
Variações monetárias, líquidas	72	3
	150.803	14.168
Despesas financeiras	(8.631)	(6.587)
Despesas com operações financeiras e juros	(987)	—
Variações cambiais, líquidas	(9.618)	(6.587)
	141.185	7.581

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS
A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2024	2023
Corrente	(33.633)	(16.809)
Imposto de renda	(12.414)	(6.186)
Contribuição social	(46.047)	(22.995)
Diferidos	(14.735)	(7.357)
Imposto de renda	(5.305)	(2.648)
Contribuição social	(20.040)	(10.005)
	(66.087)	(33.000)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	298.590	156.504
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(101.521)	(52.211)
Equivalência patrimonial	34.770	21.917
Adições/exclusões permanentes diversas, líquidas	664	(1.706)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	(66.087)	(33.000)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(46.047)	(22.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.040)	(10.005)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(66.087)	(33.000)
Taxa efetiva	-22,1%	-21,1%

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL DE RISCOS
a) **Valores estimados de mercado**
Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.
Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas e com as contrapartes.
O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.
Para determinação do valor justo do recebimento do ativo a seguir, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.
Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Classificação de valor justo	Hierarquia	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	837	5.725	5.725
Contas a receber, líquidas	(2)	Nível 2	113.822	113.822	89.914
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	3.626	3.626	3.375
Nota comercial	(2)	Nível 2	2.349.909	2.339.082	—
			2.468.194	2.457.367	99.014
Passivo					
Formecedores	(2)	Nível 2	155.742	155.742	98.287
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	9.354	9.354	12.810
			165.096	165.096	111.097

⁽¹⁾ Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado;
⁽²⁾ Custo amortizado.
Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia podem ser assim apresentados:
b) **Gestão de capital**
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.
A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas

atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e notas comerciais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.
c) **Risco de taxa de câmbio**
Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.
Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário	Dólar - 5%	R\$5.8827
Cenário I	Dólar - 5%	R\$5.8827
Cenário II	Dólar - 25%	R\$4.6442
Cenário III	Dólar - 50%	R\$3.0962

Risco de alta do dólar

Cenário	Dólar + 5%	R\$6.5019
Cenário I	Dólar + 5% <td>R\$6.5019</td>	R\$6.5019
Cenário II	Dólar + 25%	R\$7.7404
Cenário III	Dólar + 50%	R\$9.2885

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras.

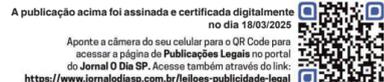
Operação	Posição em 31/12/2024	Cenário I		
		provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Formecedores	1.232	(62)	(308)	(616)
Total		(62)	(308)	(616)
Alta do US\$				
Formecedores	1.232	62	308	616
Total		62	308	616

d) **Risco de liquidez**
O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.
A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 14 e 22.
e) **Gerenciamento de riscos**
Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez e registradas em balcão, o que reduz seus riscos.

A Administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente.
22. COMPROMISSOS
A Companhia tem compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex* cujos pagamentos são mensais. Os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos para 2025 são de R\$14.195 (R\$22.310 em 31 de dezembro de 2024).
23. OUTRAS GARANTIAS
A Companhia firmou contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, civis e trabalhistas no montante de R\$7.261 em 31 de dezembro de 2024 (R\$7.850 em 31 de dezembro de 2023).
24. SEGUROS
A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$2.167.305 abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA				CONTADOR	
José Formoso Martínez	Marcello da Silva Miguel	José Antônio Guaraldi Félix	Roberto Catalão Cardoso	Ricardo Basso Gaino	
Diretor Presidente	Diretor Superintendente	Diretor	Diretor	CRC-PR-040021/O-0-S-SP	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
<p>Aos administradores e acionistas da Telmex do Brasil S.A. São Paulo - SP</p> <p>Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Telmex do Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p>	<p>Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos</p>	<p>opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 17 de março de 2025</p>
		<p>ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP034519/O Hermene Rocha Contador - SP-253295/O-6</p>



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO SBF S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



GRUPO SBF



GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A. CNPJ 13.217.485/0001-11

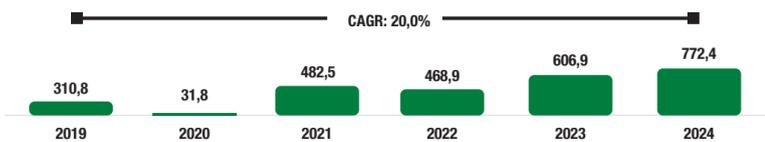


* continuação

Divulgação de Resultados 4T24 & 2024

No acumulado do ano, desconsiderando a provisão de remuneração variável, as despesas operacionais apresentariam redução em relação a 2023, explicada principalmente pela internalização da operação logística da Fisia que gerou redução relevante na linha de serviços de terceiros em 2024.

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Lucro Líquido, Margem Líquida, EBITDA, and Margem EBITDA.



O EBITDA do Grupo SBF totalizou R\$ 236,1 milhões no quarto trimestre de 2024, crescimento de 11,7% vs o mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA alcançou 10,9%, expansão de 1,0 ponto percentuais vs o 4T23. No ano, a Companhia alcançou EBITDA de R\$ 772,4 milhões, aumento de 27,3% vs 2023 e a margem EBITDA passou de 8,7% para 10,8% (+2,1 p.p.).

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Lucro Líquido, Margem Líquida, and Margem Líquida (ex-IFRS).



O lucro líquido do Grupo SBF totalizou R\$ 170,4 milhões no quarto trimestre, com margem líquida de 7,8% (+1,2 p.p.), e crescimento de 20,6%, quando comparado com o mesmo período de 2023. O lucro líquido no trimestre foi impulsionado pelo crescimento de 11,7% do EBITDA, resultante da expansão da margem bruta, e pela melhoria de 36,6% no resultado financeiro em relação ao 4T23, devido à redução do endividamento e ao consequente menor nível de despesas financeiras.

CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO

Table with 5 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023, Δ(%). Rows include Contas a receber, Tributos e IR a Compensar, Estoques, Outros Ativos Circulantes, and Capital de Giro Líquido.

O conceito do Capital de Giro Líquido utilizado se baseia em apurar a diferença entre Passivo Circulante e Ativo Circulante, excluindo Caixa e Dívida e incluindo Antecipação de Recebíveis. A linha "outras obrigações" compreende também os parcelamentos tributários que até o quarto trimestre de 2023 eram considerados no cálculo do endividamento.

- i. Contas a receber: aumento explicado pelo crescimento da receita no período e por uma maior flexibilização na política de parcelamentos nas lojas e e-commerce atrelada às campanhas de Black Friday e Natal.
ii. Tributos e IR a compensar: explicado principalmente por um maior consumo de créditos de ICMS na operação da Fisia, referente ao período anterior à implementação do corredor de importação.
iii. Obrigações tributárias: incremento explicado pelas provisões para o pagamento do DIFAL (Diferencial de Alíquota).
iv. Outros Ativos Circulantes: incremento decorrente da normalização da dinâmica de compras na Fisia - em 2023, o menor volume de compras resultou em um saldo de royalties menor.

FLUXO DE CAIXA

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include EBITDA, Depreciação e Juros IFRS 16, Fluxo de Caixa Operacional, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, and Fluxo de Caixa de Financiamentos.

i. Antecipações de recebíveis e parcelamentos de tributos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos;
ii. Inclui valor líquido entre pagamento e novas captações de dívidas.
A Companhia registrou fluxo de caixa operacional de R\$ 473,2 milhões no 4T24, frente a R\$ 945,1 milhões no 4T23. Em contrapartida, no ano de 2024, o fluxo de caixa operacional contou com expansão de 86,0% vs 2023, totalizando R\$ 949,9 milhões no ano.

ENDIVIDAMENTO

Table with 4 columns: RS MIL, 31/12/2024 ajustado, 31/12/2023 ajustado, Δ(%). Rows include (+) Empréstimos e Financiamentos, (-) Caixa e Equivalentes, Dívida Líquida, and Dívida Líquida Aj. / EBITDA Aj. (Últ. 12 meses).

O Grupo SBF encerrou o ano de 2024 com uma redução de 59,0% da dívida líquida, reforçando o compromisso estratégico da Companhia com a redução da dívida através da geração de caixa e da otimização do Capital de Giro Líquido. A alavancagem passou de 1,19x em 31/12/2023 para 0,38x em 31/12/2024. Em comparação ao 2T23, a Companhia reduziu sua alavancagem em 2,75x (de 3,13x para 0,38x).

INVESTIMENTOS - CAPEX

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include Novas Lojas, Reformas, Tecnologia e Inovação, and Total Investimentos.

O CAPEX totalizou R\$ 114,3 milhões no 4T24, aumento de 134,3% em comparação com o 4T23. No ano, o CAPEX totalizou R\$ 261,1 milhões, aumento de 1,3% vs 2023. No trimestre, o CAPEX foi impulsionado principalmente pelo aumento dos investimentos em revitalizações e manutenções de lojas tradicionais da Centauro. Além disso, os investimentos em projetos logísticos da Fisia impactaram as linhas de Logística e Tecnologia e Inovação. No 4T24, a Centauro inaugurou uma loja no formato G5 no Shopping Plaza Sul, em São Paulo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Circulante, Não Circulante, Passivo, and Patrimônio Líquido.

FLUXO DE CAIXA

Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Lucro Antes dos Impostos, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, and Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos.

(Aumento) Redução nos Ativos

Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Contas a receber, Estoques, Instrumentos Financeiros Derivativos, and Aumento (Redução) dos Passivos.

(Aumento) Redução dos Passivos

Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Fornecedores, Obrigações Tributárias, Parcelamentos de Tributos, and Caixa Líq. das Atividades Operacionais.

Fluxo de Caixa Das Atividades de Investimentos

Table with 3 columns: RS MIL, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Adições de Ativo Imobilizado, Caixa Líq. Das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos, and Caixa Líq. das Atividades de Investimento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Despesas Operacionais, and Lucro Líquido do Período.

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Despesas Operacionais, and Lucro Líquido do Período.

Houve a realocação de um efeito não recorrente do 2T24 no valor de R\$ 65,9 milhões. O valor foi realocado da linha de Despesas com Vendas para a linha de Despesas Gerais e Administrativas. O valor total do SG&A não teve alterações.

EX-IFRS

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24, 4T23, Δ(%), 2024, 2023, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Despesas Operacionais, and Lucro Líquido do Período.

IFRS + AJUSTES NÃO RECORRENTES

Table with 7 columns: RS MIL, 4T24 ajustado, 4T23 ajustado, Δ(%), 2024 ajustado, 2023 ajustado, Δ(%). Rows include Receita Líquida, Custos das Vendas e dos Serviços Prestados, Despesas Operacionais, and Lucro Líquido do Período.

SOBRE O GRUPO SBF

O Grupo SBF é uma empresa de esporte que foi fundada em 1981 e até 2020 atuou no mercado brasileiro com a Centauro, maior varejista de artigos esportivos do Brasil e primeira varejista omnichannel do Brasil, com 100% das operações de lojas físicas e plataforma digital integradas desde de 2018. Em dezembro de 2020, uma nova unidade de negócio passou a integrar o Grupo SBF: a FISIA, representante exclusiva da Nike no Brasil, a maior marca esportiva do mundo. Em fevereiro de 2021, outra unidade de negócio entrou para compor o ecossistema de esporte do Brasil: a NNB, maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil. Ainda em 2021, criamos a SBF Ventures. Em 2022, foi concluído o processo de investimento na OneFan, um superapp para torcedores de clubes de futebol, que permite concentrar serviços e experiências exclusivas; na X3M, empresa especializada na organização de corridas e eventos esportivos e na FIDance, a maior plataforma de dança do Brasil. No Grupo SBF, acreditamos que o esporte transforma vidas, e acordamos todos os dias para impulsionar o esporte no Brasil.

AVISO LEGAL

As informações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, às projeções e resultados e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

continua ->



A publicação acima foi assinada digitalmente no dia 18/03/2025.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal



GRUPO SBF S.A. CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table with columns for Ativo Circulante, Não Circulante, Total do Ativo, Passivo e patrimônio líquido, and Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoques, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table showing changes in equity components like Reservas de capital, Reservas de lucro, Ajuste de avaliação patrimonial, etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo SBF S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil com sede no Estado de São Paulo. O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado...

Table with columns for Participação societária Direta and Indireta, and Atividade.

Table listing subsidiaries and their ownership percentages, including SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A., etc.

As principais informações sobre cada uma das controladas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo estão apresentadas na Nota 15. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")...

de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. b) Alteração ao IFRS 16/ CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback")...



Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table with columns for Receitas líquidas, Custos das vendas e dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table showing comprehensive results including Lucro líquido do exercício, Resultados abrangentes, etc.

Demonstrações de Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table showing value added components like Lucro líquido do exercício, Resultados abrangentes, etc.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table showing cash flow components like Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, etc.

Table showing variations in equity components like (Aumento) redução nos ativos, Aumento (redução) nos passivos, etc.

substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente...

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Notícias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 642D-C3AA-5E5A-06AD.

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A. CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada abaixo:

Table with columns: Saldo contábil (%), Taxa média de recuperação, Provisão para Com problemas, Saldo em 31/12/2023, perda estimada, perda esperada, recuperação. Rows include Reserva específica, Recebíveis de atacado/serviços, Recebíveis de varejo, Total.

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Vencidos acima de 120 dias, Vencidos de 91 a 120 dias, Vencidos de 61 a 90 dias, Vencidos de 31 a 60 dias, Vencidos até 30 dias, A vencer até 30 dias, A vencer de 31 a 60 dias, A vencer de 61 a 90 dias, A vencer de 91 a 120 dias, A vencer de 121 a 180 dias, A vencer de 181 a 365 dias, Total.

8. ESTOQUES - CONSOLIDADO

1. Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de caixa qualificados das compras de mercadorias para venda. O ajuste ao valor realizável dos estoques do Grupo é constituído por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas.

2. Composição:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023 (*). Rows include Mercadoria de revenda (lojas), Mercadoria de revenda (centros de distribuição), Importação em andamento, Almoço/arrozado, Subtotal, Ajuste ao valor realizável dos estoques, Total.

(*) Os saldos originalmente apresentados nessas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As alterações foram de "Mercadoria de revenda (lojas)" para "Mercadoria de revenda (centros de distribuição)". As mudanças mencionadas não alteram o total de estoques na respectiva data-base.

Movimentação das perdas nos valores realizáveis:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Saldo inicial em 1º de janeiro, Adição, Perdas efetivas nos estoques, Saldo final.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge do Grupo está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge). As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratadas em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional. As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição:

Table with columns: Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Ativo, Contratos de câmbio utilizados para derivativos - Passivo, Total.

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de proteção e não como investimentos especulativos.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR - CONSOLIDADO

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include ICMS (a), PIS, COFINS, IRRF, INSS, Outros, Total Circulante, Não circulante.

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes e por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos a serem compensados era de R\$ 237.854, sendo que o saldo de créditos a ser compensado em até 12 meses era de R\$ 126.154 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

Table with columns: Compensação, Até 12 meses, Acima de 12 meses, Total.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:

Table with columns: Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include IRPJ/CSLL sobre Selic, IRPJ/CSLL, Total, Circulante, Não circulante.

12. OUTROS ATIVOS - CONSOLIDADO

Table with columns: Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Marketing a apropriar, Despesas antecipadas, Contencioso indenizável, Prêmios de seguros a apropriar, Bônus de subscrição OneFan (a), Outros valores a receber, Adiantamento para fornecedores, Adiantamento para colaboradores, Depósito em garantia - Aquisição NWB (b), Total, Circulante, Não circulante.

(a) O período de exercício do bônus de subscrição foi prorrogado para 31 de maio de 2025. (b) Em março de 2024 o Grupo efetuou o levantamento, e o respectivo pagamento aos vendedores, do montante mantido como depósito em garantia realizado para garantir eventuais obrigações indenizatórias, decorrentes da aquisição da NWB.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDO

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades do Grupo que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade controlada, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Grupo adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income taxes) que introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, o Grupo não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. 13.2 Composição: O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

Table with columns: Ativo, Passivo, Líquido, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, Provisão para estoques, Provisão de bônus, Depreciação/rendamento, Ágio, Mais valia FitDance, Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a), Diferido sobre hedge de fluxo de caixa, Lucro nos estoques, Imposto de renda diferido ativo (passivo), Montante passível de compensação, Imposto líquido (ativos) passivos.

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 14. (a) Em 2023 foi proferida decisão judicial em favor do Grupo reconhecendo que a incidência do IRPJ e CSLL sobre créditos tributários só ocorre no momento da homologação da

compensação e não do registro contábil do crédito. Diante disso, o Grupo reconheceu em suas demonstrações financeiras um crédito de impostos a recuperar no montante de R\$ 90.906, decorrente da tributação indevida pelo IRPJ e CSLL, por ter oferecido antecipadamente a tributação, o valor das compensações realizadas com os créditos decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS, apropriados em 2019. Em contrapartida ao crédito tributário reconhecido, o Grupo reconheceu um passivo fiscal diferido no montante de R\$ 93.660, decorrente da expectativa de recolhimento do IRPJ e CSLL quando ocorrer a homologação das compensações realizadas. No exercício não houve movimentação no saldo de créditos tributários. Principais premissas utilizadas na projeção de resultados para uso do ativo fiscal diferido: As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: Prazo de realização dos impostos diferidos ativo: O Grupo preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 9 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pelo Grupo, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para o Grupo. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, o Grupo reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 9 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo (consolidado):

Table with columns: Ano, SBF Comércio, Fisca, Demais empresas, 31/12/2024. Rows include 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033 (a), Total.

(a) Refere-se substancialmente a diferença temporária de lucro nos estoques atrelado às transações de compra e venda de mercadorias intercompany. Tem em vista que essa diferença temporária é reversível, é, enquanto durar as operações, apresentamos a realização ao final do 9º ano. Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 9,6%. Ganho de margem: Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas do Grupo, tanto de vendas como administrativas. Análise de sensibilidade das premissas: O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 698.756. O Grupo efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. Ativos fiscais diferidos, não reconhecidos: Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 9º ano.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Valor Eleito tributário, Valor Eleito tributário, Despesas temporárias, Total.

Prejuízos fiscais acumulados Despesas temporárias Total ativos fiscais diferidos não reconhecidos As informações no nível das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas abaixo:

Table with columns: 2024, acumulados, temporárias, Total. Rows include Grupo SBF S.A. (Controladora), SBF Comércio, Fisca, Demais empresas(a), Total consolidado, Grupo SBF S.A. (Controladora), SBF Comércio, Fisca, Demais empresas(a), Total consolidado.

(a) Contempladas as empresas Lione, FitDance, NWB, VBL0G e Premier. Movimentação das despesas temporárias: A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Reconhecidos no resultado, Mais imposto corrente, Outros resultados abrangentes, Saldo em 31/12/2024. Rows include Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, Provisão para estoques, Provisão de bônus, Depreciação/rendamento, Ágio, Mais valia FitDance, Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (93.660), Diferido sobre hedge de fluxo, Lucro nos estoques, Imposto líquido ativo (passivo).

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Lucro antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social, Despesas não dedutíveis, Exclusões permanentes, Incentivo fiscal exercício corrente, Receitas não tributáveis, Outros itens, Alíquota efetiva.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS - CONSOLIDADO 14.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Provisões para riscos administrativos e judiciais: As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 14.2 Composição: Depósitos judiciais: As movimentações de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Adições, Baixas, Reversões, Saldo em 31/12/2024. Rows include Depósitos judiciais (a), Depósitos judiciais - Rendimentos, Bloqueio judicial - Trabalhista, Total, Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Adições, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2024. Rows include Cível/Consumidor (a), Trabalhistas (b), Tributário (c), Total.

Table with columns: Participação, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Prejuízo intercompany, Investimento, Lucro (Prejuízo), Lucro intercompany, Equivalência. Rows include SBF Comércio, Network, VBL0G, Premier, Network, Total.

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Adições, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2024. Rows include Depósitos judiciais, Depósitos judiciais - Rendimentos, Bloqueio judicial - Trabalhista, Total, Provisões para riscos administrativos e judiciais: As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

(a) Refere-se ao Programa de Recomp. de Ações Grupo SBF, conforme Nota 28.

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2023. Rows include Cível/Consumidor (a), Trabalhistas (b), Tributário (c), Total.

14.3 Composição: Depósitos judiciais: As movimentações de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo: a. Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações civis de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, discussões cíveis e de fins comerciais, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui R\$ 25.772 (R\$ 5.149 em 31 de dezembro de 2023) o montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 49.502. (R\$ 76.549 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos do Grupo. b. Processos de natureza trabalhista: Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui R\$ 21.686 (R\$ 26.946 em 31 de dezembro de 2023) o montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 91.557 (R\$ 96.293 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. c. Processos de natureza tributária: Em 31 de dezembro de 2024, o total de débitos tributários, classificados como perda provável perfaz o montante de R\$ 153.914 (R\$ 574.012 em 31 de dezembro de 2023). Os valores envolvem a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões que envolvem ICMS Substituição Tributária, créditos de ICMS nos Estados da Bahia e Rio de Janeiro, Diferencial de Alíquota em alguns Estados, discussão de IOF e multa punitiva federal e discussões acerca de desconexão de verbas previdenciárias. Ademais, no programa de parcelamento de impostos: O Grupo SBF aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme editado nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizáveis pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pelo Grupo e estão evidenciados conforme nota impostos parcelados (Nota 22), despesas por natureza (Nota 32) e resultado financeiro (Nota 33). Passivos contingentes: Processos federais: Os processos federais em que o Grupo figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 1.005.504 (R\$ 878.080 em 31 de dezembro de 2023), conforme avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Saldo em 31/12/2023. Rows include Imposto, PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b), IRPJ e CSLL (c), PIS/COFINS (d), IOF (e), INSS (f), Outros (g).

(a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores estacionados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho de 2004 a 2017. (b) PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - Exitem discussões no montante de R\$ 43.272 (R\$ 41.285 em 31 de dezembro de 2023) por declarações retificadas e ainda não homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e R\$ 127.431 (R\$ 116.616 em 31 de dezembro de 2023) por débitos incluídos no programa especial de regularização. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.665 (R\$ 1.607 em 31 de dezembro de 2023) referente à multa agravada. Ainda, existiam saldos em discussão sobre a cobrança de IRPJ e CSLL, referente às diferenças de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por concessão de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB, no montante de R\$ 63.620 em 31 de dezembro de 2023, classificados como remanejados pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (c) IRPJ e CSLL - O Grupo possui discussões no montante de R\$ 63.417 (R\$ 47.516 em 31 de dezembro de 2023) sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes de falta de consideração na base de cálculo, discussões referentes à cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, entre outros. Além de discussões no montante de R\$ 2.538 (R\$ 1.617 em 31 de dezembro de 2023) acerca do pagamento de IRRF, cujas compensações não foram homologadas. Em 31 de dezembro de 2023, discute-se o montante de R\$ 81.254 por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, classificado como remanejado pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024. (d) PIS/COFINS - Discute-se o montante de R\$ 50.498 (R\$ 35.509 em 31 de dezembro de 2023) acerca de compensações não homologadas referentes aos períodos entre 2008, 2012 e 2017, 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações e R\$ 235.905 (R\$ 215.860 em 31 de dezembro de 2023) referente a discussão de tese de ação rescisória contra ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS. Além disso, há a discussão de R\$ 43.704 referente ao aproveitamento de créditos. Ainda, em relação à operação das controladas do Grupo SBF, SBF Comércio e FISIA, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/P, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 96.381 (R\$ 69.891 em 31 de dezembro de 2023) (reconhecido em outros receitas e despesas operacionais). (e) IOF - Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico, do período de 2015. (f) INSS - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 3.447 (R\$ 3.127 em 31 de dezembro de 2023). Discute-se, ainda, o montante de R\$ 245.722 (R\$ 141.290 em 31 de dezembro de 2023), referentes às compensações não homologadas e multa, relativas a verbas previdenciárias de 2013 a 2023. Além disso, há discussão no montante de R\$ 1.077 acerca de desconexão de verbas remuneratórias. Por fim, há uma discussão referente a cobrança de débitos vinculados à parcelamento especial, no valor de R\$ 39.806. (g) Outros - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II, cobrança de IPI, entre outras discussões. Processos estaduais: O Grupo é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração do Grupo decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinados das causas foram devidamente provisionados. Além dos valores já provisionados no prognóstico de perda provável, em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui 65% (15,7% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Trata-se de processos de cobrança de ICMS decorrentes de atuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 385.821 (R\$ 354.099 em 31 de dezembro de 2023), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de créditos de ICMS sobre importações realizadas pelo Grupo considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados com perda possível também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme editado nº 01/2024, aderido pelo Grupo, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa. Processos municipais: O Grupo possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 5.970 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2023), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema - RJ para os períodos de 2014 a 2016. Contingências resiliáveis: Existem no balanço de avaliação de 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 2.929.275 (R\$ 2.843.750 em 31 de dezembro de 2023) em cíveis classificadas como perda possível, conforme análise dos assessores jurídicos do Grupo, as quais são resiliáveis, caso venha a ter desfecho de caixa para esses processos. Sendo assim, nos termos do CPC 15 - Combinação de negócios, estas contingências devem ser provisionadas para fins de alocação de preço assumidas pelo Grupo em decorrência do contrato de aquisição da operação Fisla, totalizando um valor original de R\$ 33.360 que será mantida até a sua resolução na empresa controlada. Essas contingências são passíveis de indenização integral do saldo por parte da Nike Inc. e, portanto, há o registro de ativo indenizatório apresentado na rubrica de "outros valores a receber" de igual valor. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo de contingências resiliáveis é de R\$ 29.254 (R\$ 36.461 em 31 de dezembro de 2023). Tais contingências foram mensuradas de maneira que representem o maior valor entre o montante pago pelo esse passivo seria reconhecida, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e o montante pelo qual o passivo foi inicialmente reconhecido.

15. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

15.1 Política contábil: (i) Controladas: Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. (ii) Transações com participações de não controladores: O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". (iii) Investimentos em entidades controladas pelo método de equivalência patrimonial: Coligações são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto. O investimento do Grupo em entidade controlada pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada. (iv) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre partes relacionadas intergrupo, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intergrupo, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. (v) Descrições principais procedimentos de consolidação: Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladas; - Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e - Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

15.1 Composição:

Table with columns: SBF Comércio, Network, VBL0G, Premier, Total, Recomp. de ações, Ágio gerado, Participação no patrimônio líquido, Grupo SBF (a), Saldo em aquisição, Saldo em 31/12/2024. Rows include SBF Comércio, Network, VBL0G, Premier, Total.

Table with columns: Participação, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Prejuízo intercompany, Investimento, Lucro (Prejuízo), Lucro intercompany, Equivalência. Rows include SBF Comércio, Network, VBL0G, Premier, Network, Total.

* continuação

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Controladas	Participação	31/12/2023							
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro intercompany	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Lucro intercompany	Equivalência
SBF Comércio	100%	6.319.360	3.762.907	2.556.453	(206.813)	2.349.640	173.880	3.255	177.135
VBL/CG	100%	90.175	72.768	17.406	(1.776)	15.630	(3.680)	(7.334)	(11.014)
Premier	100%	332.382	326.080	6.292	-	6.292	30.495	-	30.495
Network	100%	16.014	8.053	7.961	-	7.961	(6.668)	-	(6.668)
Total		6.757.911	4.169.809	2.588.102	(208.589)	2.379.513	194.027	(4.079)	189.948

Movimento	Saldo em 01/01/2023	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Contribuição de capital	Distribuição de dividendos/JSCP	Amortização PPA	Equivalência	Saldo em 31/12/2023
SBF Comércio	2.205.672	-	(11.801)	4.195	(25.561)	-	177.135	2.349.640
VBL/CG	28.122	-	-	-	(1.478)	-	(11.014)	15.630
Premier	(24.213)	-	-	-	-	-	30.495	6.292
Network	64.450	6.300	-	-	-	(2.286)	(6.668)	61.796
Total	2.274.031	6.300	(11.801)	4.195	(27.039)	(2.286)	189.948	2.433.348

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício:

Beneficiária em imóveis de terceiros	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Impairment: Para testes de redução do valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das

entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pelo Grupo como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos por vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional. Uma perda por redução do valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido auferido, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução do valor recuperável reconhecida. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam indicadores de perda na recuperação dos seus ativos.

16.2 Composição:

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	
				31/12/2023	31/12/2023
Computadores e periféricos	20	238.020	(174.692)	63.328	64.706
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	85.411	(50.305)	35.106	28.120
Móveis e utensílios	8	328.421	(161.439)	166.982	166.927
Veículos	20	2.575	(2.575)	-	-
Beneficiárias em imóveis de terceiros	10	991.648	(608.150)	383.498	350.504
Imobilizado em andamento	(a)	1.004	-	1.004	172.429
Total		1.647.079	(997.161)	649.918	610.429

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Computadores e periféricos	224.381	173 (9.133)	22.599	238.020	238.020
Máquinas, equipamentos e ferramentas	75.324	82 (1.609)	11.614	85.411	85.411
Móveis e utensílios	312.589	2 (5.184)	21.014	328.421	328.421
Veículos	2.727	-	(152)	-	2.575
Beneficiárias em imóveis de terceiros	935.178	82 (32.174)	88.562	991.648	991.648
Imobilizado em andamento	172	144.621	-	(143.789)	1.004
Custo do imobilizado	1.550.371	144.960	(48.252)	-	1.647.079
Computadores e periféricos	(159.675)	(23.147)	8.130	-	(174.692)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(47.204)	(4.473)	1.374	-	(50.305)
Móveis e utensílios	(145.662)	(20.088)	4.311	-	(161.439)
Veículos	(2.727)	-	152	-	(2.575)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(584.674)	(46.965)	23.489	-	(608.150)
Depreciação	(939.942)	(94.673)	37.456	-	(997.161)
Total do imobilizado líquido	610.429	50.285	(10.796)	-	649.918

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Computadores e periféricos	208.628	3.154 (792)	13.391	224.381	224.381
Máquinas, equipamentos e ferramentas	68.839	491 (2.586)	8.580	75.324	75.324
Móveis e utensílios	272.661	982 (4.108)	43.054	312.589	312.589
Veículos	2.727	-	-	-	2.727
Beneficiárias em imóveis de terceiros	878.704	2.662 (17.698)	71.510	935.178	935.178
Imobilizado em andamento	18.342	118.395	-	(136.535)	172
Custo do imobilizado	1.449.901	129.654	(25.184)	-	1.550.371
Computadores e periféricos	(139.191)	(21.252)	768	-	(159.675)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(46.123)	(3.597)	2.516	-	(47.204)
Móveis e utensílios	(130.479)	(18.648)	3.465	-	(145.662)
Veículos	(2.727)	-	-	-	(2.727)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	(559.430)	(42.523)	17.279	-	(584.674)
Depreciação	(877.950)	(86.020)	24.028	-	(939.942)
Total do imobilizado líquido	571.951	39.634	(1.156)	-	610.429

17. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

17.1 Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável. São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos. **Marcas e patentes:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de aquisição são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos. **Contrato de distribuição:** O contrato de distribuição refere-se à alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Fisia. **Carteira de clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. Com esta aquisição, o Grupo celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva. **Tecnologia (Know-how):** Juntamente com a aquisição do grupo Network ("NW"), o Grupo SBF adquiriu um contrato de criação de conteúdo digital direcionado ao público do esporte. Para que a maior parte da receita da NWB aconteça, faz-se necessário um conjunto de conhecimentos, capacidades e habilidades que somente o Grupo possui. Os custos de desenvolvimento de conteúdo digital são atribuídos para o público alvo de cada canal próprio da NWB. Esse contrato foi mensurado na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios e sua vida útil definida foi de 10 anos.

Ágio: O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da vida útil definida foi de 10 anos. (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável. O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução do valor recuperável. As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros. **Amortização:** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	
			31/12/2024	31/12/2023
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(14.180)	4.074
Software	20	588.324	(230.673)	357.651
Marcas direito e patente	10	7.425	(636)	6.789
Software em andamento	-	534	-	534
Carteira de clientes	10	164.821	(67.302)	97.519
Tecnologia	10	4.024	(2.070)	1.954
Carteira de clientes	10	11.618	(4.454)	7.164
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	53.541	-	53.541
Total		848.541	(319.315)	529.226

Conforme contrato 5 anos

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	-	-	-	18.254
Software	588.324	(230.673)	357.651	357.651	357.651
Marcas direito e patente	7.425	(636)	6.789	-	7.086
Software em andamento	534	-	-	-	534
Carteira de clientes	164.821	(67.302)	97.519	114.001	114.001
Tecnologia	4.024	(2.070)	1.954	-	2.908
Carteira de clientes	11.618	(4.454)	7.164	-	8.326
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	-	53.541	-	53.541
Total	848.541	(319.315)	529.226	-	529.226

Conforme contrato 5 anos

Marcas e patentes 10 - 20 anos

Contrato de distribuição 10 anos

Carteira de clientes 10 anos

Tecnologia 10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

17.2 Composição:

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	
			31/12/2024	31/12/2023
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.254	(14.180)	4.074
Software	20	588.324	(230.673)	357.651
Marcas direito e patente	10	7.425	(636)	6.789
Software em andamento	-	534	-	534
Carteira de clientes	10	164.821	(67.302)	97.519
Tecnologia	10	4.024	(2.070)	1.954
Carteira de clientes	10	11.618	(4.454)	7.164
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	53.541	-	53.541
Total		848.541	(319.315)	529.226

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2024
Fundo de comércio	18.254	-	-	-	18.254
Software	635.451	14.767 (168.121)	106.227	588.324	588.324
Marcas direito e patente	7.425	-	-	7.425	7.425
Software em andamento	82	106.679	-	(106.227)	534
Contrato de distribuição	164.821	-	-	164.821	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	4.024	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	11.618	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	53.541	-	(998)	-	53.541
Custo do intangível	895.211	121.446	(168.121)	-	848.541
Fundo de comércio	(12.666)	(1.514)	-	-	(14.180)
Software	(303.092)	(95.497)	167.916	-	(230.673)
Marcas direito e patente	(339)	(297)	-	-	(636)
Contrato de distribuição	(50.820)	(16.482)	-	-	(67.302)
Carteira de clientes	(1.416)	(654)	-	-	(2.070)
Tecnologia	(3.292)	(1.162)	-	-	(4.454)
Amortização	(319.315)	(115.609)	167.916	-	(319.315)
Total do intangível líquido	529.591	5.840	(205)	-	529.226

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo em 31/12/2023
Fundo de comércio	18.502	-	(248)	-	18.254
Software	504.701	6.343 (2.802)	127.209	635.251	635.251
Marcas direito e patente	7.425	-	-	7.425	7.425
Software em andamento	472	126.819	-	(127.209)	82
Contrato de distribuição	164.821	-	-	164.821	164.821
Carteira de clientes	4.024	-	-	4.024	4.024
Tecnologia	11.618	-	-	11.618	11.618
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	54.				

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

22. IMPOSTOS PARCELADOS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos de tributos Estaduais	158.535	12.836
Parcelamentos de tributos Federais	83.428	83.237
Total impostos parcelados	241.963	96.073
Passivo circulante	15	57
Passivo não circulante	197.885	64.396

As movimentações dos impostos parcelados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	96.073	112.389
Adesão dos impostos Estaduais (a)	167.455	6.259
Adesão dos impostos Federais	1.237	-
Juros sobre parcelamento de tributos	13.903	8.105
Parcelas pagas	(36.705)	(30.680)
Saldo em 31 de dezembro	241.963	96.073

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante.

	Não Circulante	Total	2028 em diante
Estado			
RJ	2.113	694	2.113
MG	2.768	8	2.776
SP	14.231	138.721	152.952
Total Estaduais	19.112	139.423	155.838
Parcelamentos ordinários	57	57	-
Refis Lei 11.941	22.104	57.507	79.611
Outros	2.805	940	3.745
Total Federais	24.966	58.462	83.428
Total parcelamentos	44.078	197.885	241.963

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - CONSOLIDADO

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13º salário	70.330	69.337
Provisões para participação nos lucros	118.100	50.123
Provisões para participação nos lucros - Pessoal chave da Administração (Nota 25)	11.073	2.289
Salários a pagar	26.360	24.827
Obrigações com pessoal a pagar	3.370	1.734
Contribuições a recolher	196	172
Obrigações trabalhistas	229.199	148.462
INSS a recolher	19.169	18.251
FGTS a recolher	5.132	4.885
INSS retido a recolher	5.587	2.672
Obrigações previdenciárias	29.888	25.808
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	259.307	174.290

24. DIVIDENDOS

24.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais. **24.2 Composição:** Em 31 de dezembro de 2024, foram apurados R\$ 127.361 de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de exercício	536.256	169.145
(-) Reserva legal - 5%	-	(8.457)
(-) Reserva incentivos fiscais	-	(20.363)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	509.443	140.325
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	127.361	35.081
Dividendos adicionais propostos	-	7.205

A movimentação para o balanço patrimonial a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo 1º janeiro de 2023	33.085	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	-	35.081
Pagamento de dividendos aos acionistas	-	(33.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.085	-
Dividendos adicionais propostos - 2023	-	7.205
Pagamento de dividendos aos acionistas	-	(42.294)
Dividendos mínimos obrigatórios - 2024	-	127.361
Saldo em 31 de dezembro de 2024	127.361	-

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais o Grupo mantém contratos na forma da legislação vigente. **Operações de compra e venda de mercadorias e fretes:** As controladas SBF Comércio, Premier e Fisia efetuam operações de compra e vendas de mercadorias e fretes, com a distribuição das mercadorias e a prestação de serviços para as lojas em todo o Brasil. A controlada VBLGO é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete entre estas empresas do Grupo. Essa operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF e a Fisia e a VBLGO, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral de SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, esta operação entre SBF e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis:** A controlada SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para a controlada VBLGO do armazém localizado em Extrema-MG, o prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base no m2 (metros quadrados) utilizados. Até fevereiro de 2024, a controlada VBLGO, que atua como operadora logística, subloca para as empresas Fisia e SBF Comércio um armazém localizado em Extrema - MG, local que realiza parte das operações em Minas Gerais, com suas importações, triagem de mercadorias, dentre outras. **Marketplace:** A controladora SBF Comércio, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incluem uma taxa de take rate, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido. **Ratios financeiros administrativos:** As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier, VBLGO, Lione, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os ratios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas. **Serviços audiovisuais -** As controladas Network, NeoTV e FiDance possuem contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima são demonstrados nos quadros a seguir. **25.2 Composição:** Controladora e outras partes relacionadas a pagar referem-se a conta corrente com empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue. Os valores da controladora estão sendo apresentados na Nota 7, conta a receber.

	31/12/2024	31/12/2023		
Contas a receber				
SBF Comércio	2.408	-		
Fisia	3.625	16.998		
Total	6.033	16.998		
Transações realizadas entre partes relacionadas - eliminadas na consolidação: As principais transações eliminadas na consolidação referem-se a operações de compra e venda entre as controladas SBF, Premier e Fisia, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil.				
Contas a receber				
Grupo SBF	16.998	(2.617)		
SBF Comércio	6.033	(397.468)		
Premier	30.166	181.791		
Fisia	195.778	185.614		
VBLGO	975	27.581		
Lione	-	183		
Network (a)	-	694		
FiDance	24	(154)		
Total	396.097	747.213		
Adiantamento para fornecedores	(396.097)	(747.213)		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
SBF Comércio	200	20.558	-	-
Premier	-	-	(4.200)	-
VBLGO	-	-	(16.358)	-
Network (a)	218	-	(75)	-
Acelerados	-	-	(218)	-
FiDance	-	-	(200)	-
Total	418	20.558	(418)	(20.633)

	31/12/2024	31/12/2023
Compras		
Grupo SBF	2.884.872	2.937.313
SBF Comércio	(2.427.677)	(2.457.546)
Premier	(5.312.549)	(5.394.859)
Fisia	(5.312.549)	(5.394.859)
VBLGO	(396.097)	(747.213)
Lione	-	-
Network (a)	-	-
FiDance	-	-
Total	(16.358)	(16.358)
Vendas		
Grupo SBF	16.998	(2.617)
SBF Comércio	6.033	(397.468)
Premier	30.166	181.791
Fisia	195.778	185.614
VBLGO	975	27.581
Lione	-	183
Network (a)	-	694
FiDance	24	(154)
Total	396.097	747.213
Ratelo administrativo		
Grupo SBF	-	-
SBF Comércio	(6.893)	-
Premier	(6.445)	-
VBLGO	(17.293)	-
Fisia	(1.772)	(3.075)
Network (a)	4.141	7.470
Acelerados	(28)	(10)
FiDance	4.552	2.060
Total	(29.927)	(29.927)

(a) Conforme apresentado na Nota 3, em 1º de dezembro de 2024, a NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, foi incorporada pela controlada direta Network. Dessa forma, os saldos de transações entre partes relacionadas com a NeoTV, ocorridos até a data da incorporação, estão apresentados na linha da empresa incorporadora (Network).

Juros sobre capital próprio: Durante o exercício de 2024, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, as destinações de juros sobre o capital próprio entre a controlada indireta Fisia e a controlada SBF Comércio, no montante de R\$ 82.598, liquidados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 1º janeiro de 2023	75.922	-
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - Fisia	-	57.963
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023 - VBLGO	-	1.256
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	-	(185.191)
IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia	-	(8.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.256	-
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024 - Fisia	-	53.627
Pagamento de juros sobre capital próprio - Fisia	-	(45.578)
Pagamento de juros sobre capital próprio - VBLGO	-	(1.256)
IRRF sobre juros sobre capital próprio - Fisia	-	(8.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-

Dividendos a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo 1º janeiro de 2023	235.756	-
Recebimento de dividendos Fisia	(88.237)	-
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2023	-	25.561
Saldo em 31 de dezembro de 2023	173.080	-
Dividendos adicionais Fisia - 2023	132.058	-
Recebimento de dividendos Fisia	(279.577)	-
Dividendos mínimos obrigatórios SBF Comércio - 2024	-	124.514
Saldo em 31 de dezembro de 2024	142.514	-

Locação: A empresa VBF Empreendimentos Ltda, pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antona utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o período das transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGP-M.

	31/12/2024	31/12/2023
VBLGO	41	40
Premier	66	65
SBF Comércio	25.275	25.200
Total	25.382	25.305

Remuneração ao pessoal chave da administração: A remuneração aos Administradores é realizada por meio de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e pró-labore	12.047	9.279
Participação nos lucros e resultados	11.073	10.083
Pagamento baseado em ações	808	4.101
Total	12.855	24.453

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2024	31/12/2023	
Controlladora	-	-	
Consolidado	-	-	
31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	
Provisões de marketing e comunicação	-	29.848	23.233
Comissão de parceiros digitais	-	27.024	17.077
Fretes/armazenagem	-	34.599	43.392
Provisões beneficiais a empregados	-	8.718	5.975
Provisões gerais (a)	368	835	85.927
Utilidades e serviços	-	11.282	16.493
Obrigações com investimentos (b)	10.455	74.446	22.542
Outras obrigações	-	-	5.546
Total	10.823	75.281	219.996
Circulante	368	836	209.481
Não circulante	10.455	74.445	10.515

(a) Referem-se substancialmente aos honorários de sucumbência a pagar, atrelados a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos, conforme Nota 14.2; (b) Referem-se a contas a pagar relativas à aquisição da controlada indireta Fisia, da controlada NNBV e ao Programa de Recomprou Grupo SBF. **Aquisição - Fisia:** Obrigação relativa à aquisição da controlada indireta Fisia, liquidada em 2024 (R\$ 58.011 em 31 de dezembro de 2023). **Aquisição - NNBV:** Composto por conta a pagar relativos à contraprestação depositada em garantia, liquidada em 2024 mediante o levantamento do valor mantido em depósito, e à dívida diferida com os vendedores da NNBV que poderá ser paga em dinheiro ou ações em 5 anos após a data da aquisição. No valor total de R\$ 10.455 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 16.435 em 31 de dezembro de 2023). **Aquisição - Programa de Recomprou de Ações Grupo SBF:** Referem-se as contas a pagar, da controlada indireta Fisia, pela aquisição de ações do Grupo SBF S.A., como parte do Programa de Recomprou Grupo SBF conforme Nota 28.

27. OUTROS PASSIVOS - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023
Royalties a amortizar - Aquisição Fisia	93.125	108.882
Patrocínios e royalties	15.904	10.603
Obrigações com clientes (a)	71.124	38.451
Total	180.153	157.936
Circulante	104.381	66.276
Não circulante	75.772	91.660

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

28.1 Política contábil: O Grupo está autorizado a aumentar seu capital social até o limite de 300.000 (trezentos mil) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados do Grupo ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações. **28.2 Composição:** a. **Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos, durante alguma controlada, direta ou indireta, do Grupo ou ações do capital social do Grupo (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuído aos acionistas do Grupo até que as ações sejam canceladas ou resgatadas. O capital social do Grupo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.832.326 dividido em 244.012.980 ações ordinárias e sem valor nominal (R\$ 1.830.872 dividido em 243.688.980 ações ordinárias e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2023). Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração do Grupo SBF aprovou o Programa de Recomprou Grupo SBF com a realização de recompra de ações por suas controladas SBF, Controladora e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta Fisia, adquiriu 3.604.000 ações ordinárias do Grupo SBF pelo montante de R\$ 39.173, classificadas nas demonstrações financeiras consolidadas como "Ações em tesouraria". O controle acionário do Grupo SBF S.A., está distribuída da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024	31/12/2023
Acionista	Quantidade	%
Pacipat Participações Ltda.	60.000	32,79%
Nefele Investments, LLC	47.601.109	19,51%
GPCCP I - Fundo de Investimentos e Participações	1.164.106	0,48%
Ações em tesouraria	3.604.000	1,48%
Outros	111.643.765	45,74%
Total	244.012.980	100,00%

b. Lucro por ação: **Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído às ações ordinárias e sem valor nominal em circulação durante o período de referência pelo número de ações em circulação, excluindo as ações ordinárias compradas pelo Grupo e mantidas como ações em tesouraria. **Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, por assumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O Grupo tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: ações conversíveis e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação do Grupo).

	2016	2016	2019	2019	2019	2020	2020	2020	2022	2022	2023	2023	2024 - 1º Programa	2024 - 1º Programa
Premissas básicas para o plano:	1º Programa	2º Programa	1º Programa</											

GRUPO SBF

GRUPO SBF S.A.
CNPJ 13.217.485/0001-11

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo da venda de mercadorias	(3.582.653)	(3.617.938)
Custo de fretes e logística	(24.163)	(24.870)
Custo de serviço de produção audiovisual	(31.773)	(31.192)
Total	(3.638.589)	(3.674.000)

32. DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Despesas com vendas	31.12.2024	31.12.2023 (*)
Pessoal	(675.896)	(660.102)
Publicidade e propaganda	(517.712)	(492.702)
Fretes e transportes (a)	(246.402)	(145.364)
Depreciação de direito de uso	(165.044)	(183.723)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(140.567)	(140.976)
Utilidades e serviços	(117.628)	(121.866)
Serviços de terceiros (a)	(91.866)	(257.988)
Ocupação	(88.667)	(82.854)
Depreciação e amortização	(88.604)	(83.019)
Informática e telecomunicações	(53.193)	(56.283)
Embalagens e outros materiais	(27.480)	(29.051)
Contencioso e despesas jurídicas	(15.157)	(19.282)
Outras despesas	(2.087)	(4.541)
Total despesas com vendas	(2.230.503)	(2.277.841)

(a) A redução dos custos com serviços de terceiros e o aumento dos custos com fretes e transportes se deve à migração para um centro de distribuição próprio das operações da controlada indireta Fisia.

Despesas administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Despesas administrativas e gerais	31/12/2024	31/12/2023 (*)
Pessoal	(318.270)	(206.452)
Publicidade e propaganda	(10.264)	(10.966)
Fretes e transportes	(558)	(806)
Depreciação de direito de uso	(22.134)	(20.819)
Taxa de cartão e serviços financeiros	(7.687)	(8.890)
Utilidades e serviços	(26.756)	(25.397)
Serviços de terceiros	(32.855)	(32.698)
Ocupação	(6.588)	(5.954)
Depreciação e amortização	(120.877)	(97.844)
Informática e telecomunicações	(77.526)	(69.354)
Embalagens e outros materiais	(168)	(453)
Contencioso e despesas jurídicas (b)	(51.934)	(30.529)
Outras despesas	(12.667)	(9.438)
Total despesas administrativas e gerais	(688.354)	(517.600)

Diretoria

Pedro Zemel - CEO	José Luis Salazar - CFO	Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O
-------------------	-------------------------	-----------------------------------

Relatório Resumido das Atividades do Comitê de Auditoria para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2024

1. Histórico e Composição: O Comitê de Auditoria do Grupo SBF S.A. ("Companhia") foi constituído e instalado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 ("Comitê"). O Comitê é disciplinado pelo seu Regimento Interno, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2019 e alterado em 03 de março de 2021, que disciplina o seu funcionamento, em consonância com as disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado") e na legislação em vigor ("Regimento Interno"). O Comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria, que, dentre suas demais atribuições, deverá avaliar as informações trimestrais, informações intermediárias e demonstrações financeiras. O Comitê é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) ao menos 1 (um) conselheiro independente da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 2 (dois) membros com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação em vigor. **2. Atividades do Comitê no Exercício:** Nos termos do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á sempre que necessário e não menos que quatro vezes ao ano. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Comitê de Auditoria realizou reuniões para aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que contaram com a presença de seus membros, com o objetivo de acompanhar a evolução do negócio durante o exercício social. **3. Parecer do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Luiz Carlos Nannini	São Paulo, 12 de março de 2025 Membros Luiz Alberto Quinta	Eduardo Rogatto Luque
---------------------	--	-----------------------

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores:
Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opinião expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores:
A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Pedro Zemel - Diretor Presidente	São Paulo, 14 de março de 2025	José Luis Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
----------------------------------	--------------------------------	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Grupo SBF S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Grupo SBF S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Grupo SBF S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nos nossos profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA **COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA**

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(c) e 13.2)

As controladas da Companhia possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 686.710 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 13.2. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

As controladas da Companhia são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 153.914 mil, em 31 de dezembro de 2024.

A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.

Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concluídas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira fiel e suficiente com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo e como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP001160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC MG091301/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agência De Notícias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código 642D-C3AA-5E5A-06AD.

Documento assinado e certificado digitalmente.
Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/03/2025.
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agência De Notícias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código 642D-C3AA-5E5A-06AD.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



 **CENTAURO**





SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A. CNPJ 06.347.409/0001-65

Relatório da Administração sobre os Resultados

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. A Centauro entregou o melhor ano da sua história. Com faturamento recorde e expansão de receita bruta em seus dois canais de atuação e maior margem bruta em períodos de longo prazo, restando-nos um compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de marcações mais agressivas no segundo semestre de 2023.

ampliou a participação de itens de maior margem nos canais físico e digital, reduziu o aging de seus estoques e implementou iniciativas como a venda de combos e expansão da categoria de vestuário no canal físico. Também investiu em lojas para o formato GS, com foco em uma prática com foco em visual merchandising em parceria com marcas estratégicas, e a realização de eventos esportivos, como o circuito de corridas "Centauro Desbrava", impulsionaram o engajamento dos clientes e o crescimento do lucro bruto.

utilizaram o crédito na loja efetuar compras com valor superior ao original. Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Centauro para que as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table with columns for Controladora and Consolidado for 2024 and 2023. Rows include Ativo Circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio líquido Circulante, and Total do passivo e patrimônio líquido.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table with columns for Controladora and Consolidado for 2024 and 2023. Rows include Receitas líquidas, Custo das vendas e dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas operacionais, Lucro operacional, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro antes dos impostos, Lucro líquido do exercício, e Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table showing the changes in equity components from January 1st to December 31st for 2023 and 2024. Components include Saldo em 1º de janeiro, Lucro líquido do exercício, Hedge de fluxo de caixa, Contribuição de capital, Distribuição de dividendos, and Saldo em 31 de dezembro.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Table showing cash flows from operations, investing, and financing activities for 2023 and 2024. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, and Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. A SBF Comércio é controlada pelo Grupo SBF S.A. ("Grupo SBF"). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, sob o código de negociação "SBFG3". As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendem a Controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas, denominadas em conjunto ("Consolidado"). A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas operam individualmente ou em conjunto, bem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, da marca "Nike", a produção audiovisual e a produção de filmes para publicidade. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025. As controladas e coligada da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são conforme apresentado abaixo:

para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. (a) Demonstração do valor adicionado: A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira pelo práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.3 Consolidação: A Companhia detém participações societárias diretas e indiretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre empresas consolidadas (incluindo a controladora) e participação da controlada no patrimônio líquido das controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora. 2.4 Principais políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 2.5 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos: A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2024, a Companhia avaliou as alterações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CIRC e IASB, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2024. As principais alterações são: a) Alteração ao IAS 1/ CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant inicialmente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. b) Alteração ao IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequentemente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-arrendatário de qualquer quantidade do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia resultar em uma mudança de classificação do ativo e do passivo. Essas alterações foram aplicadas em outubro de 2022, uma nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. c) Alteração ao IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Notícias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código 642D-C3AA-5E5A-06AD.



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A. CNPJ 06.347.409/0001-65

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Table showing financial data for 31/12/2023, including Ativos, Passivos, and Total, with columns for Valor Justo and Custo Amortizado.

Table showing financial data for 31/12/2024, including Ativos, Passivos, and Total, with columns for Valor Justo and Custo Amortizado.

Table showing financial data for 31/12/2023, including Ativos, Passivos, and Total, with columns for Valor Justo and Custo Amortizado.

Table showing financial data for 31/12/2024, including Ativos, Passivos, and Total, with columns for Valor Justo and Custo Amortizado.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez...

7. CONTAS A RECEBER
7.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia...

Table showing Recebíveis de atacado/serviços, Recebíveis de varejo, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Recebíveis de atacado/serviços, Recebíveis de varejo, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024, including tax and interest provisions.

Table showing Aging for 31/12/2023 and 31/12/2024, categorized by days past due (91 a 120 dias, etc.).

8. ESTOQUES
8.1 Política contábil: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel...

Movimentação das perdas nos valores realizáveis
Controladora Consolidado
31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO
9.1 Política contábil: A contratação e operação de hedge da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial...

10. TRIBUTOS A COMPENSAR
Controladora Consolidado
31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 31/12/2023

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO
11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias...

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE E DIFERIDOS
13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos...

Table showing Ativos, Passivos, and Líquido for 31/12/2023 and 31/12/2024, including Prejuízo fiscal e base negativa.

Table showing Ativos, Passivos, and Líquido for 31/12/2023 and 31/12/2024, including Prejuízo fiscal e base negativa.

Table showing Ativos, Passivos, and Líquido for 31/12/2023 and 31/12/2024, including Prejuízo fiscal e base negativa.

Prejuízo fiscal e base negativa
Provisões gerais e contingências
Provisão para estoques
Provisão de bônus
Depreciação
Ágio
Créditos tributários
(Créditos tributários (Exclusão ICMS na base do PIS/COFINS) (a))

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo consolidada está representada abaixo:

Table showing Prejuízos fiscais e Despesas temporárias for 31/12/2024, including Base, Efeito tributário, and Total.

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 8,8%.

Table showing Prejuízos fiscais e Despesas temporárias for 31/12/2023, including Base, Efeito tributário, and Total.

Table showing Prejuízos fiscais e Despesas temporárias for 31/12/2024, including Base, Efeito tributário, and Total.

Table showing Prejuízos fiscais e Despesas temporárias for 31/12/2023, including Base, Efeito tributário, and Total.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.

Table showing Prejuízo fiscal e base negativa, Provisões gerais e contingências, and Total for 31/12/2023 and 31/12/2024.



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A. CNPJ 06.347.409/0001-65

*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Adições, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2024. Rows include Cível/Consumidor (a), Trabalhistas (b), Tributário (c), and Total.

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2023. Rows include Cível/Consumidor (a), Trabalhistas (b), Tributário (c), and Total.

(a) Processos de natureza cível/consumidor: São processos que envolvem as relações civis e de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Pagamentos, Reversões, Saldo em 31/12/2023. Rows include Imposto, FGTS (a), PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b), IRPJ e CSLL (c), PIS/COFINS (d), IOF (e), INSS (f), Outros (g), and Total.

Abertura dos saldos consolidados: (a) FGTS - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017.

Recuperação de ações - Consolidado: Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Controladora Grupo SBF S.A. aprovou o Programa de Recuperação Grupo SBF com a realização de compra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações.

16.1 IMOBILIZADO 16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Benefitória em imóveis de terceiros 10 anos Móveis e utensílios 12 anos Máquinas, equipamentos e ferramentas 10 anos Veículos 5 anos Computadores e periféricos 5 anos

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Máquinas, equipamentos e ferramentas, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em imóveis de terceiros, Imobilizado em andamento, and Total.

RS 81.255, por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais, classificado como remoto pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

15. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

15.1 Política contábil: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. (i) Controladas: As controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Fisia, Lion, FitDance, and Total.

Table with columns: Participação no patrimônio líquido, Ajuste gerado nas aquisições/mais valias, Saldo em 31/12/2024. Rows include Fisia, Lion, FitDance, and Total.

Table with columns: Participação, Ativo, Passivo líquido, Prejuízo intercompany, Investimento (Prejuízo), Lucro intercompany, Equivalência (%). Rows include Fisia, Lion, FitDance, and Total.

A movimentação do imobilizado da controladora, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2024. Rows include Computadores e periféricos, Máquinas, equipamentos e ferramentas, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em imóveis de terceiros, Imobilizado em andamento, and Total do imobilizado líquido.

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Máquinas, equipamentos e ferramentas, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em imóveis de terceiros, Imobilizado em andamento, and Total do imobilizado líquido.



Demonstrações Financeiras 2024

(Em milhares de Reais)

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2023. Rows include Computadores e periféricos, Máquinas, equipamentos e ferramentas, Móveis e utensílios, Veículos, Benefitórias em imóveis de terceiros, Depreciação, and Total do imobilizado líquido.

17. INTANGÍVEL

17.1 Política contábil: Fundo de comércio: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Table with columns: Taxa anual de amortização (%), Custo, Amortização acumulada, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Fundo de comércio, Marcas, direitos e patentes, Software em andamento, and Total.

Table with columns: Taxa anual de amortização (%), Custo, Amortização acumulada, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Fundo de comércio, Marcas, direitos e patentes, Software em andamento, Contrato de distribuição, Carteira de clientes, and Total.

Table with columns: Saldo em 01/01/2024, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2024. Rows include Fundo de comércio, Marcas, direitos e patentes, Software em andamento, Contrato de distribuição, Carteira de clientes, and Total do intangível líquido.

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2023. Rows include Fundo de comércio, Marcas, direitos e patentes, Software em andamento, Contrato de distribuição, Carteira de clientes, and Total do intangível líquido.

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2023. Rows include Fundo de comércio, Software, Marcas, direitos e patentes, Software em andamento, Contrato de distribuição, Carteira de clientes, and Total do intangível líquido.

Composição do Ágio: O ágio identificado nas aquisições, é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Segue um resumo da alocação do ágio por nível de UGC:

Table with columns: Saldo em 01/01/2023, Adições, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2023. Rows include Fisia, Total, and Total.

18. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO 18.1 Política contábil: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é considerado um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A. CNPJ 06.347.409/0001-65

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

implícita no arrendamento. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência, - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início, - valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso do e registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. E reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação. Pagamentos de arrendamentos variáveis: Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas operadas em uma loja, até 100% dos pagamentos de arrendamento são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. Opções de prorrogação e extinção: As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas não podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador. Arrendamentos de ativos de baixo valor: A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. 18.2 Composição: A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 20 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratada: Centros de distribuição, Edifícios administrativos, Lojas, Total

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo: 1 a 3 anos, 3 a 6 anos, 6 a 10 anos, Taxa mensal

a) Direito de uso: A movimentação do ativo de direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso: Saldo em 1º de janeiro de 2024, (+) Novos contratos e renovação, (-) Depreciação, (-) Baixas de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2024

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso: Saldo em 1º de janeiro de 2023, (+) Novos contratos e renovação, (-) Depreciação, (-) Baixas de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2023

b) Arrendamentos a pagar: A movimentação do passivo de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar: Saldo em 1º de janeiro de 2024, (+) Novos contratos e renovação, (-) Descontos obtidos, (-) Baixas de contratos, Saldo em 31 de dezembro de 2024

20.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 20.2 Composição

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

20. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

20.1 Política contábil: Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 20.2 Composição

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

(Em milhares de Reais)

Estado: Circulante, Não circulante, Total, 2024, 2025, 2026, 2027, em diante

Estado: Circulante, Não circulante, Total, 2024, 2025, 2026, 2027, em diante

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários. 23.2 Composição:

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023

Controladora: Saldo em 31/12/2024, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2023



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A. CNPJ 06.347.409/0001-65

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Table with columns for FitDance, SBF Comércio, Físia, and Total, showing financial data for 31/12/2024 and 31/12/2023.

(a) Em 1º de dezembro de 2024, a NeoTV, controlada indireta do Grupo SBF, foi incorporada pela Network. Dessa forma, os saldos de transações entre partes relacionadas com a NeoTV, ocorridos até a data da incorporação, estão apresentados na linha da empresa incorporadora (Network).

Saldo em 1º janeiro de 2023: 75.922. Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023: 57.963.

Saldo em 31 de dezembro de 2023: 82.598. Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024: 70.203.

Dividendos a receber: Saldo em 31 de dezembro de 2023: 132.058. Recebimento de dividendos Físia: 132.058.

Dividendos mínimos obrigatórios X3M - 2024: 245. Saldo em 31 de dezembro de 2024: 245.

Localização - A empresa VBF Empreendimentos Ltda. pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antula utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025.

Despesas com aluguéis: Saldo em 31 de dezembro de 2023: 25.275. Recebimento de despesas com aluguéis: 25.200.

Remuneração ao pessoal-chave da Administração: A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

Table showing salaries and benefits for 31/12/2024 and 31/12/2023, with columns for Salários e pró labore, Participação nos lucros e resultados, and Pagamento baseado em ações.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Table showing provisions for marketing and communication, commissions for digital, and other obligations for 31/12/2024 and 31/12/2023.

(a) Referem-se substancialmente aos honorários de sucumbência a pagar, atrelados a transação tributária do Governo do Estado de São Paulo - Adesão ao programa de parcelamento de impostos, conforme Nota 14.2. (b) Referem-se a aquisição de ações do Grupo SBF S.A., pela controlada indireta Físia, como parte do Programa de Recompra Grupo SBF, conforme Nota 15.

27. OUTROS PASSIVOS

Table showing royalties to amortize - Acquisition Físia, other obligations, and other non-circulating passives for 31/12/2024 and 31/12/2023.

(a) O saldo de obrigações com clientes refere-se a transações com cartão presente e vale troca que podem ser utilizados como forma de pagamento em compras nas plataformas digitais e lojas físicas.

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital Social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 2.229.971 dividido em 4.809.277,645 ações ordinárias sem valor nominal. O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024:

Table showing the number of shares and percentage for Acionista Grupo SBF for 31/12/2024.

b) Lucro por ação - Consolidado: Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações. Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Table showing basic and diluted earnings per share for 31/12/2024 and 31/12/2023.

Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva legal era de R\$ 63.871 (R\$ 37.733 em 31 de dezembro de 2023). d) Reserva estatutária: A reserva estatutária é constituída após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração. A reserva estatutária tem como finalidade reforçar o capital de giro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída reserva estatutária no montante de R\$ 369.257 (R\$ 76.683 em 31 de dezembro de 2023). e) Reserva de incentivos fiscais: A Companhia e sua controlada Físia são titulares de incentivos fiscais concedidos por diversos Estados brasileiros, especialmente na forma de crédito presumido de ICMS. Em relação ao resultado desse incentivo, o STJ já havia formado sólida jurisprudência - I - EREsp 1.517.492, em

2017 - reconhecendo, em caráter não vinculante, que os créditos presumidos de ICMS podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, independente da constituição da reserva de incentivo fiscal. Neste sentido, corroborado ainda pela revogação do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia deixou de constituir reserva de incentivos fiscais. f) Dividendos propostos: A Companhia realizou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios em conformidade com o disposto em seu Estatuto Social, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Os cálculos correspondentes estão apresentados na Nota 24. O valor de R\$ 3.206 de dividendos adicionais propostos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 será transferido para o passivo circulante após a aprovação pela assembleia de acionistas.

29. RECEITAS LÍQUIDAS

29.1 Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apurada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados a um possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Venda de mercadorias no atacado: A Companhia opera como a distribuição dos produtos da marca "Nike" em todo o Brasil. As vendas dos produtos do atacado são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e a propriedade de um produto para o cliente, isso ocorre quando os produtos são entregues no endereço do comprador ou coletados no centro de distribuição e o cliente esteja de acordo com o contrato de venda. Os produtos da Nike são frequentemente vendidos com desconto por volume, os clientes têm o direito de devolver os produtos com defeitos no mercado atacadista, as vendas são registradas líquidas dos descontos específicos por clientes e das devoluções estimadas na época da venda. Venda de mercadorias no varejo: A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados, acessórios e equipamentos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia vende um produto e transfere o controle e a propriedade dos bens para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito, pix ou em dinheiro. Venda de mercadorias por meio da plataforma digital: A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador. Serviços prestados: A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de terceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade: Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorre na realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o recebimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato. Subvenção governamental: A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas de comércio eletrônico. Em 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, que, dentre as alterações, uma das representativas foi na prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS. A partir de julho de 2021, a controlada Físia efetuou a migração das operações da plataforma digital da controlada Físia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial conhecido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pela plataforma digital são realizadas com crédito presumido de ICMS. Ainda, nos termos do julgamento proferido pelo STJ em recurso repetitivo, Tema 1.182, a Companhia reconheceu o incentivo fiscal dessas operações em sua controlada Físia. Os investimentos possuem como contrapartida, redução de base para a incidência de ICMS nas vendas de mercadorias para varejistas, nos termos da legislação aplicável. Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 somaram o montante de R\$ 343.783 correspondente ao incentivo fiscal de crédito presumido (R\$ 301.561 em 31 de dezembro de 2023, dos quais R\$ 281.198 correspondem ao incentivo fiscal de crédito presumido e R\$ 20.363 incentivo fiscal de redução de base). 29.2 Composição

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

30.1 Política contábil: Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados. 30.2 Composição

Table showing costs of sales and services provided for 31/12/2024 and 31/12/2023, including personnel, advertising, and depreciation.

Despesas administrativas e gerais: Saldo em 31 de dezembro de 2023: 400.876. Recebimento de despesas administrativas e gerais: 435.705.

(b) Em 2024, o montante de R\$11.993 no consolidado refere-se à reversão da Provisão para riscos - Tributários, líquida da constituição dos Impostos parcelados, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14. (*) Os saldos originalmente apresentados nas rubricas em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados entre linhas. As principais alterações foram: (i) de "Utilidades e serviços" para "informática e telecomunicações" e "fretes e transportes"; (ii) de "serviços de terceiros" para "facilidades e utilities"; e (iii) de "ocupação" para "facilidades e utilities". As mudanças mencionadas não alteram os totais de despesas com vendas e despesas administrativas.

32. RESULTADO FINANCEIRO

32.1 Política contábil: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contenciosos. 32.2 Composição

Table showing financial results for 31/12/2024 and 31/12/2023, including interest income and expenses.

Receitas financeiras: Saldo em 31 de dezembro de 2023: 62.732. Recebimento de receitas financeiras: 242.637.

Despesas financeiras: Saldo em 31 de dezembro de 2023: 179.804. Recebimento de despesas financeiras: 585.237.

Resultado financeiro líquido: Saldo em 31 de dezembro de 2023: 117.077. Recebimento de resultado financeiro líquido: 342.600.

(a) Em 2024, o montante de R\$ 228.334 no consolidado refere-se à reversão dos Juros sobre contencioso - Tributário, como resultado da adesão ao programa de parcelamento de impostos apresentado na Nota 14.

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhia como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC - 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de Earn-Out e parcela de Outperform, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da FitDance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato. Em 2024, houve o pagamento de R\$7.000 referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as condições estabelecidas em contrato. Adicionalmente, em 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 13.000 a pagar aos sócios vendedores como parcela de Earn-Out referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas junto aos principais seguradores do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, rã, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Table showing insurance coverage details for 31/12/2024 and 31/12/2023, including vehicle fleet, national transport, and international transport.

Diretoria: Pedro Zemel - CEO

José Luís Salazar - CFO

Contadora: Ana Mota - CRC 1SP328009/O-1

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores: Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM N° 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM N° 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e o opinião expressos no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores: A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e o opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. PORQUE É UM PAA COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferida (Notas 4(c) e 13.2)

A Companhia e sua controlada Físia Comércio de Produtos Esportivos S.A. possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos, de R\$ 534.846 mil.

Assos: Por que é um PAA? Como o assunto foi conduzido? Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos. Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Uma publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/03/2025. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiassp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certsign.com.br:443 e utilize o código 642D-C3AA-5E5A-06AD.

Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certsign.com.br:443 e utilize o código 642D-C3AA-5E5A-06AD.



SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 06.347.409/0001-65

* continuação



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

PORQUE É UM PAA

Provisões para riscos administrativos e judiciais na área tributária (Nota 14.2(c))

A Companhia e sua controlada são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos na área tributária, que surgem no curso normal de seus negócios, e envolvem discussões em diversas esferas, para as quais a administração constituiu provisão no valor total de R\$ 82.649 mil, em 31 de dezembro de 2024.

A determinação do valor da provisão, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados na Nota 14.2(c), depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação.

Considerando a complexidade do ambiente tributário, dos valores em discussão e a relevância dos débitos fiscais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o

COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências, incluindo a adesão ao programa de parcelamento.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores em discussão e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP001160/O-5

São Paulo, 17 de março de 2025

Demonstrações Financeiras 2024



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/03/2025. Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/leios-publicidade-legal>



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023



FISIA | DISTRIBUIDORA
OFICIAL NO BRASIL



FISIA | DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 59.546.515/0001-34



Demonstrações Financeiras 2024

Relatório da Administração sobre os Resultados

O ano de 2024 foi marcado por entregas consistentes e objetivos alcançados com êxito. A Fisia registrou receita bruta de R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 0,4% vs 2023 e expansão de 5,6% de lucro bruto, levando sua margem bruta para 43,7% (vs 41,6% no ano anterior), reforçando nosso compromisso com a recomposição da margem bruta após períodos de remarcações mais agressivas no segundo semestre de 2023. Os canais DTC da Fisia apresentaram crescimento em linha com a expansão de margem, e em comparação com 2023, a receita das lojas (NVS e NDIS) cresceu 7,1% e a receita do canal digital expandiu 3,6%. Já o canal de atacado registrou decréscimo de 7,8% em seu faturamento, refletindo os ajustes na frente de operações realizadas no segundo semestre de 2023, porém com expansão de 0,5 pontos percentuais de margem bruta. Mantivemos uma gestão eficiente do capital de giro, uma de nossas frentes prioritárias. Esse avanço refletiu a otimização dos estoques e a normalização da dinâmica de compras impactando a linha de conta a pagar.

O ano de 2024 da Fisia foi marcado pela recomposição de preços e pela melhoria da rentabilidade em todos os canais, com uma expansão histórica da margem bruta. A Fisia reduziu estoques e markdowns, fortaleceu os canais DTC e aumentou a participação das vendas full price. Como parte do avanço na integração com o Grupo SBF, as lojas NVS passaram a ser abastecidas pelo centro de distribuição próprio, trazendo maior eficiência operacional. Além disso, a realização de atrações e eventos esportivos, como a Nike Run e lançamentos de produtos icônicos, reforçou o posicionamento da marca no mercado brasileiro. Como consequência, a Nike foi novamente reconhecida no prêmio Top of Mind da Folha de S. Paulo em 2024, destacando sua relevância entre os consumidores. A omnicanalidade é um pilar estratégico para a nossa empresa, e em 2024, demos passos importantes para fortalecer a integração entre os canais das nossas unidades de negócios. Em dezembro, Fisia deu seus primeiros passos em direção à omnicanalidade com um projeto piloto que permite a troca de produtos comprados no e-commerce em qualquer loja da Nike (NVS ou NDIS). Mesmo sem divulgação

ativa, já no primeiro mês, 8% das trocas foram realizadas em loja, gerando aumento no ticket médio e melhoria no NPS em relação às trocas via Correios.

Em 2025, pretendemos realizar mais avanços na Fisia para que as operações das unidades de negócio do Grupo SBF sejam 100% integradas no futuro, permitindo assim que a Centauro e a Fisia se potencializem através das suas fortalezas.

Encerramos 2024 com avanços significativos em eficiência e rentabilidade, fortalecendo as bases para um crescimento sustentável. Seguimos focados na execução estratégica e na criação de valor para nossos stakeholders, consolidando nossa liderança no mercado esportivo por meio da melhoria contínua de nossa operação e do fortalecimento de parcerias estratégicas. Com disciplina e visão de longo prazo, avançaremos de forma consistente, garantindo uma empresa resiliente e preparada para capturar oportunidades futuras.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	476.922	546.460
Contas a receber	7	921.614	930.061
Estoques	8	1.053.754	1.174.842
Instrumentos financeiros derivativos	10	165.616	-
Tributos a compensar	10	107.106	187.867
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	14.819	36.774
Outros ativos	12	99.293	55.036
Total do ativo circulante		2.839.324	2.931.040
Não circulante			
Tributos a compensar	10	13.672	80.179
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	31	28
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	269.053	322.594
Depósitos judiciais	14	358.517	200.315
Outros ativos	12	-	3.898
Total do realizável a longo prazo		641.277	606.929
Investimentos	15	39.173	-
Imobilizado	16	202.906	196.408
Intangível	17	121.326	76.369
Direito de uso	18	262.641	192.599
Total do ativo não circulante		1.267.323	1.071.826

Total do ativo **4.106.647** **4.002.866**
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajuste de avaliação patrimonial		Outros resultados abrangentes	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais estatutária	Reserva de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes				
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.168.847	-	17.189	29.051	156.254	-	(14.486)	-	-	1.356.855
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	267.327	-	267.327
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(26.360)	-	-	(26.360)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	13.888	-	-	13.888
Contribuição de capital da controladora	-	2.422	-	-	-	-	-	-	2.422	2.422
Constituição de reservas	-	-	13.366	63.939	-	-	-	(77.305)	-	-
Destinação de reserva estatutária	-	-	-	156.254	(156.254)	-	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(57.964)	(57.964)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	132.058	(132.058)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.168.847	2.422	30.555	249.244	249.244	-	(26.958)	132.058	-	1.556.168
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.168.847	2.422	30.555	249.244	249.244	-	(26.958)	132.058	-	1.556.168
Lucro líquido do exercício	249.244	-	-	-	(249.244)	-	-	455.266	455.266	455.266
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	144.784	144.784
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(49.227)	-	-	(49.227)
Contribuição de capital da controladora	-	6.777	-	-	-	-	-	-	6.777	6.777
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(132.058)	-	(132.058)	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(82.598)	(82.598)	-
Constituição de reservas	-	-	22.763	222.544	-	-	-	(245.307)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	127.361	(127.361)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.418.091	9.199	53.318	222.544	222.544	-	68.599	127.361	-	1.899.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Fisia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e Cidade de São Paulo. A Fisia é uma Companhia controlada pela SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo SBF S.A. ("Grupo SBF"). O Grupo possui suas ações negociadas no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações de B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado de B3, sob o código de negociação "SBFG3". A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, o comércio, a distribuição e a importação de qualquer tipo de calçado, vestuário, malas, acessórios e equipamentos esportivos, bem como qualquer outro item de moda esportiva ou informal, todos da marca "Nike". Os produtos comercializados pela Fisia são adquiridos majoritariamente de empresas localizadas no exterior, as quais possuem contratos com a Nike Inc. Conseqüentemente, os saldos das rubricas de estoques, custo dos produtos vendidos e fornecedores estrangeiros são impactados diretamente pela política de preços da fornecedora estrangeira, bem como pelos efeitos decorrentes das variações na cotação do dólar dos Estados Unidos da América, principal moeda de referência nessas transações de compras. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" ("IFRS" Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC" Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee ("SIC" Interpretations). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção aos seguintes itens: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo justo valor; - Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo justo valor por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Àquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **a) Demonstração de valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **2.3 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **2.4 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos:** A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Em 2024, a Companhia avaliou as alterações aos CPCs e às IFRS emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entrarão obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em 01 de janeiro de 2024. As principais alterações são: **a) Alteração ao IAS 1/IFRS 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que os pagamentos do arranjo de empréstimo variáveis não dependem de um índice ou taxa. **Alteração ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements" - SFAs) com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. A adoção dessas normas não impactou de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. **2.5 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **a) Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. **b) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **c) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de

own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidênciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. **d) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento e mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18. **e) IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações:** emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.6 Informações por segmento:** Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. A administração determina que o CEO da controladora, Grupo SBF S.A., em conjunto com a diretoria executiva do Grupo, são os responsáveis pela tomada de decisões estratégicas e análise de informações sobre os resultados operacionais, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento. Conseqüentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada. Exceto para receita bruta (Nota 29), não há informação financeira de individualização disponível. Toda a receita da Companhia é derivada de vendas localizadas geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil. Durante o exercício de 2024 a atividade de serviços não se qualificou como um segmento reportado, visto que a receita desse segmento foi inferior a 10% do total da receita no exercício. **2.7 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos são arredondados para o inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.8 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconversidos para a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são arredondados para o inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.9 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconversidos para a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são arredondados para o inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024

3.1. Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 69/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do modelo de negócios aprovados. **a) Contingências tributárias:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes a cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. Há também discussões de ICMS em outros estados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **d) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e nas circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Contas a receber de clientes atacado (Nota 7) estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 269.053 (IFRS 322.509 em 31 de dezembro de 2023) relacionado a prejuízos fiscais, diferidos temporários e bases negativas gerados pela Companhia. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado, com base nos planos de negócios aprovados. **c) Contingências tributárias:** A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem discussões estaduais referentes a cobrança de ICMS e multa, pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo. Há também discussões de ICMS em outros estados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. **d) Taxa incremental sobre os arrendamentos a pagar:** A Companhia não

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receitas líquidas	29	4.059.534	4.044.088
Custo das vendas	30	(2.291.482)	(2.363.109)
Lucro bruto		1.768.052	1.680.979
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	31	(1.114.122)	(1.121.884)
Reversão por redução ao valor recuperável de contas a receber	7	735	380
Despesas administrativas e gerais	31	(211.602)	(193.469)
Outras perdas, líquidas		(30.996)	(2.147)
Lucro operacional		412.067	363.859
Receitas financeiras	32	147.667	188.478
Despesas financeiras	32	(95.059)	(263.120)
Resultado financeiro, líquido		464.675	289.217
Lucro antes dos impostos		460.665	269.217
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13	(1.175)	(68)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13	(4.225)	(1.822)
Lucro líquido do exercício		455.266	267.327
Lucro líquido por ação atribuída aos acionistas da Companhia			
Lucro básico por ação (média ponderada)	28	0,39	0,23
Lucro diluído por ação (média ponderada)	28	0,39	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		455.266	267.327
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa		144.784	(40.846)
Outros resultados abrangentes		144.784	(40.846)
Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa		(49.227)	13.888
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos		95.557	(26.958)
Total abrangente exercício		550.823	240.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		460.665	269.217
Ajustado por:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	16, 17	42.092	25.576
Depreciação do direito de uso	18	33.505	31.402
Juros e custo de captação sobre empréstimos			

FISIA

DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 59.546.515/0001-34

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Portaria CAT 159 e Portaria CAT 42 entre outros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo dos créditos a serem compensados era de R\$ 96.792 sendo que o saldo de créditos a ser utilizado em até 12 meses era de R\$ 83.543 da sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

Até 12 meses	83.543
Acima de 12 meses	13.249
Total	96.792

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR

11.1 Política contábil: Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição:	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ/CSLL sobre Selic	30.763	16.041
IRPJ/CSLL	14.850	3.230
Total	14.850	36.802
Circulante	14.819	36.774
Não circulante	31	28

12. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Marketing a apropriar	86.646	37.728
Despesas antecipadas	7.989	16.041
Prêmios de seguros a apropriar	4.200	3.230
Adiantamento para colaboradores	252	475
Adiantamento para fornecedores	206	370
Outros valores a receber	—	1.090
Total	99.293	58.934
Circulante	99.293	55.036
Não circulante	—	3.898

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

13.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável (prejuízo fiscal). A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 13.2. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes adequadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income taxes) que introduziram uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **13.2 Composição:** O saldo de impostos diferidos possui a seguinte origem:

	Ativos	Passivos	Líquido
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	243.546	220.312	—
Provisões gerais e contingências	26.829	61.884	—
Provisão para estoques	5.246	13.592	—
Provisão de bônus	21.875	6.023	—
Depreciação	29.028	20.326	(22.128)
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	—	13.888	(35.339)
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	326.524	336.025	(57.467)
Montante passível de compensação	(57.467)	(13.516)	57.467
Imposto líquido ativo	269.057	322.509	—

As informações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social estão divulgadas na Nota 11. **Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido:** As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são a projeção de receita, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo: **Prazo de realização dos impostos diferidos ativo:** A Companhia preparou um estudo técnico para suportar a realização dos impostos diferidos nos próximos 8 anos, o qual é revisado anualmente. O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como viabilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual. De acordo com a política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que se espera que estejam disponíveis nos próximos 8 anos. A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo:

Ano	31/12/2024
2025	13.937
2026	16.833
2027	23.403
2028	33.311
2029	50.436
2030	55.574
2031	75.563
Total	269.057

Taxa de crescimento da receita: Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetadas, resultando em um crescimento médio anual (CAGR) de 11,1%. **Ganho de margem:** Foi considerado um aumento de margem líquido baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas. **Análise de sensibilidade das premissas:** O valor previsto de lucro tributável para os próximos 8 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 269.057. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16,8% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado. **Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois, não é possível estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização desse benefício a partir do 8º ano.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízos fiscais acumulados	71.740	24.392
Total	71.740	24.391

Movimento das diferenças temporárias

A movimentação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

Movimentação reconhecido	01/01/2024	Reconhecidos no resultado	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	220.312	23.234	—	243.546
Provisões gerais e contingências	61.884	(35.055)	—	26.829
Provisão para estoques	13.592	(8.346)	—	5.246
Provisão de bônus	6.023	15.852	—	21.875
Depreciação	6.810	90	—	6.900
Diferido sobre hedge de fluxo de caixa	—	(49.227)	(35.339)	(84.566)
Imposto líquido ativo (passivo)	322.509	(4.225)	(49.227)	269.057

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos impostos	480.665	269.217
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(156.626)	(91.534)

Adições permanentes: Despesas não dedutíveis 39.305 (6.070). **Exclusões permanentes:** Incentivo fiscal exercício corrente 55.440 48.728. Incentivo fiscal exercícios anteriores - redução de base (a) 61.884 (35.055). **Outros itens:** Recolhas não tributáveis 2.490 1.248. Juros sobre capital próprio 28.083 19.708. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias — (41.926). Impostos de exercícios anteriores reconhecidos no exercício corrente 25.806 —. Outros — 102. **Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício** (5.400) (1.890). Corrente (1.175) (68). Diferido (4.225) (1.822). **Alíquota efetiva** -1% -1%. (a) Nos termos do julgamento proferido pelo STJ, a Companhia passou a excluir os incentivos fiscais de redução de base (ICMS) da base de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente, uma vez que diante do fato novo ocorrido com a publicação do acórdão do STJ houve o reconhecimento da possibilidade de exclusão desse benefício. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu o montante retroativo aos últimos 5 anos no montante de R\$ 199.830. Esse reconhecimento ocorreu integralmente no exercício de 2023 e não afetou a apuração de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido de exercícios anteriores.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Política contábil: Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.2 Composição: Depósitos judiciais: As movimentações de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais (a)	180.577	133.090	(11)	(1.306)	312.350
Depósitos judiciais - Rendimentos	19.728	26.242	(4)	—	46.148
Bloqueio judicial - Trabalhista	10	15	(6)	—	19
Total	200.315	159.529	(21)	(1.306)	358.517

As movimentações de depósitos judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	95.001	89.676	(3.744)	(356)	180.577
Depósitos judiciais - Rendimentos	3.843	15.885	—	—	19.728
Bloqueio judicial - Trabalhista	—	10	—	—	10
Total	98.844	105.571	(3.744)	(356)	200.315

(a) Durante o exercício de 2022 foram iniciadas as discussões relacionadas à aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Em relação a 2023 e 2024, também foram realizados depósitos diante da possibilidade de discussão quanto à inexistência de legislação estadual anterior à Lei Federal para instituição do Diferencial de Alíquota de ICMS - DIFAL. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada pela Companhia. **Provisões para riscos administrativos e judiciais:** As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Cível/Consumidor (a)	1.223	1.627	(1.735)	(153)	962
Trabalhistas (b)	1.910	374	(191)	(237)	1.856
Tributário (c)	309.017	8.485	(14.912)	(301.122)	1.468
Total	312.150	10.486	(16.838)	(301.512)	4.286

As movimentações das provisões para riscos administrativos e judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Cível/Consumidor (a)	1.691	3.058	(3.180)	(346)	1.223
Trabalhistas (b)	2.084	595	(536)	(233)	1.910
Tributário (c)	278.966	30.150	(99)	(309.017)	309.017
Total	282.741	33.803	(3,815)	(579)	312.150

(b) **Processos de natureza cível/consumidor:** São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e plataformas digitais. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 962 (R\$ 1.223 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 4.165 (R\$ 4.894 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências e a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. (c) **Processos de natureza trabalhista:** Trata-se de demandas ajuizadas por prestadores de serviços e/ou ex-colaboradores, pleiteando diferenças de verbas rescisórias, jornada de trabalho, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 1.856 (R\$ 1.910 em 31 de dezembro de 2023) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado se refere aos valores com chances de perda possível de R\$ 11.571 (R\$172.785 em 31 de dezembro de 2023) baseado em precedentes e/ou jurisprudências. (c) **Processos de natureza tributária:** Em 31 de dezembro de 2024, o total de débitos tributários, classificados como perda provável, perfaz o montante de R\$ 1.468 (R\$ 309.017 em 31 de dezembro de 2023). Os processos federais em que a Companhia encontra a cobrança de ICMS pela autoridade fiscal do Estado de São Paulo, na qual se discute a transferência de saldo credor entre estabelecimentos, além de discussões sobre Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL) do ano de 2022. **Adesão ao programa de parcelamento de impostos:** A Companhia aderiu ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/202, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado. A transação teve como objeto a regularização voluntária pelo contribuinte de débitos de ICMS que estavam em discussão com o Estado de São Paulo. O acordo firmado proporcionou descontos sobre as multas e juros, bem como o pagamento em até 120 parcelas atualizadas pela SELIC. Os principais benefícios publicados no Edital foram: (i) desconto de 100% dos juros incorridos e (ii) desconto de 50% da soma do principal e multa, limitado ao valor do principal. A análise para inclusão de quais débitos foram regularizados foi feita de forma individualizada de cada débito e a ponderação do prognóstico de êxito com os assessores externos. Os impactos contábeis dessa transação foram mensurados pela Companhia e estão evidenciados conforme nota impostos parcelados (Nota 22), despesas por natureza (Nota 31) e resultado financeiro-juros sobre compensação (Nota 32). **Passivos contingentes - Processos federais:** Os processos federais em que a Companhia figura no polo passivo, estão classificados como perda possível no montante de R\$ 46.888 (R\$ 31.545 em 31 de dezembro de 2023) conforme avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina:

	31/12/2024	31/12/2023
tributário	39.952	26.962
PIS/COFINS (a)	429	378
INSS (b)	2.312	—
IRPJ e CSLL (c)	4.195	4.205
Outros (c)	46.888	31.545
Total	46.888	31.545

(a) **PIS/COFINS -** Discute-se o montante de R\$ 39.952 (R\$ 26.962 em 31 de dezembro de 2023) acerca de compensações não homologadas realizadas entre 2012 e 2017. 2021 e 2024 em razão de supostas inconsistências nas declarações da Companhia. Ainda, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 44.447 em 31 de dezembro de 2024. (b) **INSS -** Discute-se eventual falta de pagamento de contribuições ao RAT, decorrentes de divergências em grau de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social. (c) **IRPJ e CSLL/Outros -** Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e II, multas relacionadas a Antidumping, CIDE, multa por parte de entrega de declarações, entre outras discussões. **Processos estaduais:** A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito no discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 99,4% (15,4% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda provável pelos seus advogados. Trata-se de processos para cobrança de ICMS decorrentes de atuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, no montante de R\$ 257.089 (R\$ 188.309 em 31 de dezembro de 2023) e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis. Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, crédito ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia considerada como indevida pelas fazendas estaduais ou entidade fiscal estadual. Os processos estaduais classificados como perda provável também foram impactados pelo programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.843/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, aderido pelo Grupo, que concedeu descontos nos pagamentos das dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa.

15. INVESTIMENTOS - RECOMPRA DE AÇÕES

Em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da controladora Grupo SBF S.A. aprovou o Programa de Recomprou Grupo SBF com a realização de compra de ações por suas controladas SBF Comércio e Fisia, no limite de 14.289.617 ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a recompra de 3.604.000 ações ordinárias da sua controladora, Grupo SBF S.A., pelo montante de R\$ 39.173.

16. IMOBILIZADO

16.1 Política contábil: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso e em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis médias estimadas são as seguintes para o exercício: Benfiteira em imóveis de terceiros 10 anos. Máquinas e equipamentos 12 anos. Computadores e periféricos 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Impairment:** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC - Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e plataforma digital). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa a maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Computadores e periféricos	20	41.327	(23.677)	17.650	16.899
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	12.900	(3.022)	9.878	7.728
Móveis e utensílios	8	90.610	(34.619)	55.991	57.542
Benfiteiras em imóveis de terceiros	10	178.861	(57.514)	119.347	114.067
Imobilizado em andamento	—	40	—	40	172
Total		321.738	(118.832)	202.906	196.408

A movimentação do imobilizado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial 01/01/2024	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final 31/12/2024
Computadores e periféricos	11.133	—	(7.493)	5.390	41.327
Máquinas, equipamentos e ferramentas	90.196	—	(4.128)		

FISIA

DISTRIBUIDORA OFICIAL NO BRASIL

FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 59.546.515/0001-34

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Arrendamento
Até 1 ano	24.895
Entre 1 e 5 anos	138.428
Mais de 5 anos	51.150
Total	214.473

d) Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 42.667 (R\$ 37.476 em 31 de dezembro de 2023) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme despesas de ocupação (Nota 31). **e) Outras considerações:** Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	2024	2025	2026	2027	Após 2027
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	30.636	25.379	28.123	29.244	181.933
Fluxo com projeção de inflação	32.137	26.637	29.250	30.364	188.901
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	262.641	230.702	198.763	167.840	139.904
Fluxo com projeção de inflação	275.510	242.145	206.734	174.268	145.262
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	23.248	24.592	22.249	19.726	75.213
Fluxo com projeção de inflação	24.388	25.812	23.141	20.482	78.094
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	33.505	31.939	31.939	30.924	167.840
Fluxo com projeção de inflação	35.147	33.523	33.219	32.108	174.269
Varição	4,90%	4,96%	4,01%	3,83%	3,83%

19. FORNECEDORES

19.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo método do custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

19.2 Composição: Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de mercadorias para revenda	453.282	471.214
Fornecedores de materiais de consumo	42.493	39.825
Subtotal	495.775	511.039
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 25)	278	3.792
Subtotal	496.053	514.831

20. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

20.1 Política contábil: Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

20.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		
Capital de giro	48.664	23.256
Empréstimos	48.664	23.256
Debêntures	130.739	406.622
Subtotal	179.403	429.878
Passivo não circulante		
Capital de giro	123.385	171.863
Empréstimos	123.385	171.863
Debêntures	377.581	202.448
Total passivo não circulante	500.966	374.311
Total empréstimos	172.049	195.119
Total debêntures	508.320	609.070
Total empréstimos e debêntures	680.369	804.189

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

	Pagamento	Pagamento	Provisão	Amortização	
	principal	juros	juros	custo captação	31/12/2024
Capital de giro	195.119	(25.000)	(23.895)	23.876	172.049
Debêntures	609.070	298.008	(390.507)	(72.781)	61.541
Total	804.189	298.008	(415.507)	(96.676)	85.414

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas a seguir:

	Pagamento	Provisão	Amortização	
	juros	juros	custo captação	31/12/2023
Capital de giro	194.248	(11.200)	11.405	667
Debêntures	586.848	(37.076)	55.730	3.567
Total	781.096	(48.276)	67.135	4.234

Os termos e condições dos empréstimos e debêntures em aberto são os seguintes:

Moeda	%	Valor original	Valor circulante	Valor contábil
Empréstimos	100% CDI + 1,9% anual	200.000	48.664	123.385
RS		200.000	48.664	123.385
Empréstimos	100% CDI + 2,0% anual	574.000	130.739	377.581
RS		574.000	130.739	377.581
Total de empréstimos e debêntures		774.000	179.403	500.966

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

21.1 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	2.210	-
COFINS	10.242	-
ICMS (a)	384.854	210.715
ISS	1.312	1.312
IRRF	1.242	1.987
Outros	1.971	789
Total	411.831	214.839

(a) Há discussões judiciais sobre a legalidade da cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS - DIFAL no caso de luz respectivo a existência ou não de legislação complementar do estado anterior a federal. Por entender que se trata de uma obrigação, a Companhia vem provisionando a parcela do ICMS a recolher, por conta do art. 166 do CTN, tendo como contrapartida depósitos judiciais no mesmo montante dos valores em discussão (vide Nota 14).

22. IMPOSTOS PARCELADOS

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamentos de tributos Estaduais	82.080	18
Parcelamentos de tributos Federais	113	127
Total impostos parcelados	82.193	145
Passivo circulante	7.549	38
Passivo não circulante	74.644	107

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2024
Saldo em 1º de janeiro	145
Adesão dos impostos Estaduais (a)	86.653
Adesão dos impostos Federais	1.058
Juros sobre parcelamento de tributos	5.770
Parcelas pagas	(13.433)
Saldo em 31 de dezembro	82.193

(a) Adesão ao programa de transação tributária do Governo do Estado de São Paulo, instituído por meio da Lei nº 17.483/2023, artigo 43, "transação excepcional", conforme edital nº 01/2024, publicada pela Procuradoria Geral do Estado, ocorrida em maio de 2024.

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas classificadas no passivo não circulante:

Estado	Circulante	Não circulante	Total	2025	2026	2027	2028 em diante
SP	7.517	74.563	82.080	7.517	8.776	8.777	57.010
Total Estaduais	7.517	74.563	82.080	7.517	8.776	8.777	57.010
Outros	32	81	113	32	21	21	39
Total Federais	32	81	113	32	21	21	39
Total parcelamentos	7.549	74.644	82.193	7.549	8.797	8.798	57.049

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

23.1 Política contábil: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

23.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões de férias e 13º salário	10.826	10.826
Provisões para participação nos lucros	21.686	5.664
Salários a pagar	3.884	3.187
Obrigações com pessoal a pagar	47	392
Contribuições a recolher	39	34
Obrigações trabalhistas	38.373	20.100
INSS a recolher	2.693	2.312
FGTS a recolher	921	785
INSS retido a recolher	1.155	729
Obrigações previdenciárias	4.769	3.826
Total de obrigações trabalhistas e previdenciárias	43.142	23.926

24. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

24.1 Política contábil: Os dividendos mínimos obrigatórios de 0,1% sobre o lucro líquido demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

24.2 Composição: a) Dividendos a pagar: Em 31 de dezembro de 2024, foram apurados dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos declarados foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	455.266	267.327
(-) Reserva legal - 5%	(22.763)	(13.366)
(-) Reserva incentivos fiscais	-	(63.939)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	432.503	190.022
Dividendos mínimos obrigatórios - 0,1%	433	190
Destinação de juros sobre o capital próprio (b)	82.598	147.520
Dividendos adicionais propostos (Nota 28)	127.361	-
Total dividendos	209.959	190.022

A movimentação de dividendos a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:

	2024	2025
Saldo em 1º janeiro de 2023	235.756	
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(88.236)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	147.520	
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(147.520)	
Pagamento de dividendos à SBF Comércio	(132.058)	
Dividendos adicionais - 2023	132.058	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
b) Juros sobre capital próprio: Durante o exercício de 2024, foram deliberadas e aprovadas em Reunião do Conselho de Administração, as destinações de juros sobre o capital próprio entre a controladora indireta Fisia e a controlada SBF Comércio, no montante de R\$ 82.598, liquidados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. A movimentação de juros sobre o capital próprio a pagar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada no quadro a seguir:		
Saldo em 1º janeiro de 2023	75.922	
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2023	57.963	
Pagamento de juros sobre capital próprio	(125.191)	
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(8.694)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	82.598	
Destinação de juros sobre o capital próprio - 2024	(70.203)	
Pagamento de juros sobre capital próprio	(12.390)	
IRRF sobre juros sobre capital próprio	5	

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil: As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os seguintes objetivos: **Operações de venda de mercadorias e fretes - A Fisia**, no âmbito de suas operações comerciais, realiza transações de venda de mercadorias com a empresa relacionada SBF Comércio, operando no segmento de atacado com o propósito de distribuir produtos da marca "Nike". A parte relacionada VBLOG é responsável pelo transporte destas mercadorias e efetua transações comerciais de prestação de serviço de fretes para a Fisia. Essa operação está suportada por um contrato assinado, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes. Além da operação de frete, há a operação de coleta e internalização de mercadorias no CD Geral da SBF Comércio em que, no intuito de gerar sinergia, está assinado entre SBF Comércio e Fisia para a prestação de tais serviços também por prazo indeterminado. **Aluguéis - Até fevereiro de 2024**, a VBLOG, que atua como operadora logística, sublocava para a empresa Fisia um armazém localizado em Extrema - MG, local no qual realizava parte da operação da Fisia em Minas Gerais, como suas importações, triagem de mercadorias, dentre outros. **Marketplace - A controladora SBF Comércio**, por meio de sua plataforma digital realiza vendas de produtos Fisia (Nike). As vendas incidem uma taxa de *take rate*, porcentagem cobrada sobre cada transação de produto vendido. **Roteio administrativo - As controladas diretas e indiretas do Grupo SBF** possuem um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier - VBLOG, Liona, Fisia e Grupo SBF. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os ratesios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercício. **Serviços audiovisuais - As partes relacionadas Network, NeoTV e FitDance** possuem contrato de prestação de serviço com Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança. Os valores referentes às transações descritas acima estão discriminados no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber		
SBF Comércio	186.393	184.351
Grupo SBF	2.042	1.245
Total (Nota 7)	188.435	185.596
Fornecedores		
VBLOG	278	1.339
SBF Comércio	278	4.252
Total (Nota 19)	556	5.591

25.2 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	186.393	184.351
Grupo SBF	2.042	1.245
Total (Nota 7)	188.435	185.596

25.3 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	278	1.339
SBF Comércio	278	4.252
Total (Nota 19)	556	5.591

25.4 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	440.257	450.516
Total	440.257	450.516

25.5 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	231.278	320.550
Total	231.278	320.550

25.6 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	36.791	29.927
Total	36.791	29.927

25.7 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	3.625	15.258
Grupo SBF	35.633	31.521
Total	39.258	46.779

25.8 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	440.257	450.516
Total	440.257	450.516

25.9 Composição:

	31/12/2024	31/12/2023
SBF Comércio	278	1.339
Total	278	1.339



FISIA COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.
CNPJ 59.546.515/0001-34

→ continuação



Demonstrações Financeiras 2024

Diretoria

Pedro Zemel - CEO

José Luis Salazar - CFO

Patrícia Vieira - CRC 1SP232718/O-2

Contadora

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, concordando e autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e conclusão expressos no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores

A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as informações da Companhia.

Pedro Zemel - Diretor Presidente

São Paulo, 14 de março de 2025

José Luis Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PORQUE É UM PAA	COMO O ASSUNTO FOI CONDUZIDO EM NOSSA AUDITORIA
-----------------	---

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 4(b) e 13)

A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no valor total, líquido dos saldos passivos de R\$ 269.057 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem, conforme divulgado na Nota 13. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Dado a relevância do saldo e a subjetividade envolvida na definição de premissas e estimativas, consideramos este tema como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Adicionalmente, com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual.

Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao

fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditors Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo Lobenwein Marcatti
Contador - CRC MG091301/O-2



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/642D-C3AA-5E5A-06AD> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 642D-C3AA-5E5A-06AD



Hash do Documento

5273D3C4025B95192AA4CA459B05500B24537C70EED57CB90345AD6A7282CA4B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/03/2025 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 18/03/2025 00:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

